

---

## 063ª SESSÃO ORDINÁRIA – 06AGO2014

(Texto com revisão final.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Apregoo o Memorando nº 064/14, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, nos termos do art. 218, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na 45ª Convenção Estadual Lojista, na cidade de Bento Gonçalves, no dia 14 de agosto de 2014.

O Ver. Márcio Bins Ely solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 6 de agosto de 2014.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na verdade, eu gostaria de usar este tempo de Liderança para tratar de outros assuntos – vou voltar a um assunto que deve ter três anos! Quero dizer uma coisa aos senhores que estão aqui nos assistindo e aos colegas Vereadores: não é mérito de ninguém – aliás, é obrigação de um Parlamentar – ter responsabilidade com o serviço público. Agora, eu vou confessar a todos os que representam o Governo do Município, ao Prefeito José Fortunati e ao Vice-Prefeito Sebastião Melo, a quem eu conheci aqui, nesta tribuna, fazendo discursos inflamados, e que, hoje, como Vice-Prefeito, é outra pessoa; ele recebeu uma entidade diferente daquela que ele, costumeiramente, recebia aqui. Nós precisamos dizer para a população que não concordamos com certos Parlamentares, com certos diretores de serviço público, com secretários quanto à falta de responsabilidade.

Com esta fotografia (Mostra fotografia.), do jeito que está, não vou conseguir mostrar, mas isto é na Rua Coronel Neves, quase na esquina com a Av. General Gomes Carneiro, em cima do fechamento do Cascatinha. Isto aqui virou um depósito de lixo, e esta pessoa mora no local – pasmem, senhores! Quem sabe, agora, a gente possa dar uma solução para isso. Esta pessoa, que se chama Jucelito da Silveira Ferreira, 34 anos – uma pessoa que precisa de ajuda –, jogou no Internacional, jogou no Novo Hamburgo, jogou no Cruzeiro de Minas Gerais. Hoje pela manhã, eu fui conversar com esse cidadão, com essa pessoa que sofre e que está doente, não tem documentos - e é bom saber que tem

---

a representação da FASC aqui. Então, o que está acontecendo? Neste amontoado de lixo – vejam os senhores onde ele mora, olhem aqui! –, é muito comum aqui os próprios moradores atearem fogo, porque não aguentam o mau cheiro, e isso aqui é no meio de um povoado, é na Rua Coronel Neves, esquina com a Av. Gen. Gomes Carneiro. Para que os senhores saibam, eu tenho um dossiê, porque eu estou desde 2012, 2011... Se não bastasse, eu protocolei, lá no Executivo, ao Sr. Prefeito Fortunati, um pedido encarecido de que mandasse alguém responsável – porque deve ter alguém responsável, imagino que tenha –, alguém com capacidade de ir lá e avaliar, analisar e chegar à conclusão que nós chegamos: que aquilo lá é uma porcaria de obra, aquilo lá está servindo para juntar rato, barata, pessoas que, infelizmente, não têm um local decente, digno para morar; onde moradores e vizinhos relaxados, mal-educados jogam lixo, e os que não suportam o cheiro vão lá e botam fogo, e os demais, que não têm nada a ver, que se preocupam, ficam a bater na casa deste Vereador. E sabem o que acontece? Eu já perdi as forças... Eu hoje tenho vergonha, tenho vergonha dos meus vizinhos. Será que tem alguém para levar para o Prefeito Fortunati, para o Sebastião Melo, e dizer para eles que tem um Vereador que tem vergonha dos seus vizinhos? Eu já disse isso da tribuna várias vezes, várias vezes, que eu tenho vergonha dos meus vizinhos por ser Vereador, porque eu não consigo resolver! Se os senhores não têm condições, me autorizem que eu faço do meu bolso, com os meus próprios recursos, porque capacidade para fechar uma obra mal feita eu tenho. Ah! Não há dúvida. Não há dúvida! Vários diretores, vários secretários receberam esse documento, vêm recebendo desde 2011. Então desculpem a minha irritação, a minha intranquilidade, a falta até de... Sei lá! Mas não dá. É insuportável um vizinho bater na tua porta e dizer: “O senhor ainda é Vereador? O senhor não consegue resolver? O senhor não sente o cheiro, o mau odor?” E não ter o que responder! Desculpem, colegas.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

---

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, o desabafo que acabamos de ver aqui, do Ver. Bernardino Vendruscolo, nada mais é do que um desabafo da população de Porto Alegre. Acabou o circo, acabou a Copa, e os problemas de Porto Alegre estão a olhos nus. Os problemas de Porto Alegre estão cada vez mais vindo à tona. Parece que durante o período da Copa se viveu num casulo; parece que durante o período da Copa se viveu numa outra Cidade, e agora as realidades voltam a aparecer.

O Ver. Bernardino falou sobre os asfaltos em Porto Alegre... Não tem rua em Porto Alegre, hoje, que não tenha buraco; não tem rua em Porto Alegre, hoje, que não estrague um carro; não tem uma rua em Porto Alegre, hoje, que se mantenha limpa. Nós gostaríamos que a população de Porto Alegre tivesse o padrão FIFA na questão de transporte, na questão de saneamento e, principalmente, na questão da saúde, que a cada dia vem piorando, a cada dia vem dificultando mais a vida da população de Porto Alegre, tirando esse bem maior que a população tem, que o povo tem, que é o acesso à saúde, que é o acesso à sua vida.

Nós percebemos a forma como a Prefeitura vem atuando, quando se vê a questão da votação do projeto da FASC, que, a cada semana, a cada dia, tem uma nova etapa. Um projeto que foi construído nesta Casa, um projeto que foi construído no Governo, e foi apresentado por esta Casa, quando chega no dia da votação, o Governo resolve não aprovar este projeto; o Governo resolve dizer que não tem recurso para este projeto, mas teve R\$ 25 milhões para dar para as obras itinerantes da Copa, sobre as quais nós já pedimos esclarecimentos para saber quais as empresas que foram beneficiadas com a isenção de R\$ 25 milhões. Por que o Governo não usa essa criatividade para investir na assistência social? Por que o Governo não usa essa criatividade que teve com a FIFA para ter com o povo de Porto Alegre e investir na saúde? Por que o Governo não usa essa criatividade que teve para dar dinheiro para essa multinacional do futebol para melhorar a vida do povo de Porto Alegre?

Nós, hoje, com certeza, vamos tentar, novamente, votar esse projeto, vamos tentar, novamente, levar dignidade, levar assistência social à população de Porto Alegre, e acreditamos que a base do Governo deva hoje estar presente, dar quórum para que esse

---

projeto volte. Acreditamos que a base do Governo não ficará mais tirando quórum, que a base do Governo vá resolver essa questão junto com todos nós, no voto, e que esse projeto venha a esta Casa homologado e protocolado pelo Governo. Esse projeto passou por todas as Comissões desta Casa, ele tem um parecer de todas as Comissões da Casa, e como diz o cartaz que está aqui: “A assistência social não é moeda de troca; a assistência social é política de Governo”. Nós queremos que este Governo tenha uma política de investir, de fato, na assistência social das pessoas que mais precisam na nossa Cidade.

Com força, fé e solidariedade, nós vamos melhorar a vida do povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, demais pessoas que nos assistem e nos prestigiam com as suas presenças aqui no plenário e também pela TVCâmara. Eu não posso deixar de falar e comentar uma notícia que está em toda a mídia impressa e falada nos últimos dias, e que eu confesso a vocês, entre surpresa e chocada, muito analisei, conversei com pessoas entendidas no assunto, sobre a polêmica norma que impediria as escolas de suspender, afastar, transferir ou expulsar alunos, mesmo os envolvidos em transgressões disciplinares. Essa é a norma do Conselho Estadual de Educação. Está em todos os jornais: todas as matérias da mídia impressa levam ao conhecimento dos pais, dos formadores de opinião – está lá para ser discutido – que as escolas perderiam o direito de agirem em cima do aluno violento. Eu falo daquele aluno que perturba, que vandaliza escolas, que constrange, que desrespeita colegas e professores. O Conselho traz para votação e para debate essa norma.

Eu me pergunto por que esses alunos indisciplinados que trazem todas essas atitudes negativas que vão contra as condições necessárias para a harmonia que a prática do

---

ensino e da aprendizagem exigem estariam respaldados por uma norma como essa? Quer dizer, tudo o que um aluno infrator faz estaria protegido!

Ora, senhores e senhoras, nós sabemos que existem somente dois lugares em que o cidadão pode ser educado: na família e na escola. Então essa medida é um absurdo! Se com essa norma em vigor – a já existente nas escolas –, nós assistimos professores muitas vezes constrangidos, coagidos, desrespeitados, imaginem se essa nova norma vingar! Seria muito bonito todos esse discurso se nós vivêssemos em uma sociedade ideal onde os limites fossem dados em casa pelos pais e não precisassem ser dados também pela escola; mas o mundo, infelizmente, não é assim.

Então, resumindo, eu ocupo esta tribuna hoje para compartilhar da minha preocupação como mulher, cidadã, jornalista, mãe, enfim, de uma norma que coloca em risco a educação. E registro aqui a minha preocupação, dizendo, mais uma vez, que nós estamos frente a um exemplo da falência do papel da autoridade que estamos vivendo ultimamente. Se essa norma for aprovada, contribuirá para o desmanche institucional, para o fim de hierarquias saudáveis e, assim, para o fim de valores que constroem o ser humano e a sociedade, na minha opinião, que são fundamentais, haja vista que nós estamos vendo a cultura dos sem limites: tudo pode. Qualquer um de nós entra num Tribunal de Justiça sabendo que lá existem normas, num hospital também, num centro cirúrgico; enfim, em todo e qualquer lugar existem normas a serem respeitadas. Há normas num condomínio de um edifício. Eu não preciso aqui citar inúmeros exemplos que me fazem ficar surpresa com essa tentativa do desmanche da educação como forma de valores importantes na sociedade. Era isso, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; prezados colegas Vereadores; público que nos assiste presencialmente e também pela TVCâmara; queremos, em nome da Bancada do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro – dos Vereadores

---

Cassio Trogildo, Alceu Brasinha e Paulo Brum –, trazer aqui também a nossa manifestação a respeito desse tema, que é recorrente e presente nos dias de hoje. Hoje, aqui, esse tema foi levantado pela Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Todos sabem da nossa militância no tema sobre a infância e a juventude, especialmente eu, como ex-Conselheiro Tutelar – fui, durante seis anos, Conselheiro Tutelar na cidade de Porto Alegre. Quando ouço a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, ouço aqui o eco daquilo que, realmente, a nossa sociedade tem, de uma forma muito pontual, trazido à baila no que diz respeito à preocupação de crianças e adolescentes. Estamos falando de crianças com idade entre zero e 11 anos ou 12 anos incompletos, e de adolescentes, com 12 a 18 anos incompletos. Falamos de crianças e de adolescentes que, de uma forma sem limite e desregrada, têm trazido ao ambiente escolar, na verdade, uma postura, uma forma de agir que vai além daquilo que é esperado para uma criança, para um adolescente. Nós temos hoje preconizada a doutrina da proteção integral; nós temos a Lei nº 8.069/90, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, e nós ouvimos muito falar que o próprio Estatuto prega, de forma muito veemente, direitos, mas não preconiza os deveres.

Eu, também, na condição de advogado, preciso dizer que é um grande equívoco de quem, Gilberto – que foi conselheiro comigo na nossa gestão –, prega isso, porque, na realidade, não conhece o que está esculpido dentro dos artigos e dos incisos da Lei Federal, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. E ele prevê especialmente, no seu art. 53, que a criança deve frequentar a escola, e que é dever do Estado garantir escola pública e gratuita próxima da residência e, quando for longe, transporte escolar. Então vejam como é complexo esse tema, como ele é relativo. Há uma posição do ECA, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é meramente protetivo e não traz a responsabilização, os deveres. Isso é uma falha de quem, evidentemente, não conhece o Estatuto. Vejam que o art. 101 traz a responsabilização das medidas de proteção. O art. 129 traz a responsabilização aos pais ou aos responsáveis. O art. 136 traz as atribuições do conselheiro tutelar e as medidas protetivas. Então, dessa forma, há, sim, a responsabilização do adolescente, há a responsabilização dos pais, há a preocupação das políticas públicas e das medidas de proteção no intuito de fazer com que, efetivamente, um adolescente que saia dos limites seja chamado à responsabilidade e

---

efetivamente tenha uma mudança no seu comportamento. É competência do conselheiro tutelar, por exemplo, encaminhar um adolescente infrator ou uma criança infratora – ou até mesmo uma situação de um adolescente que está desregrado – para um tratamento psicológico, encaminhar os pais para que o acompanhem num tratamento psicológico.

Então, quanto a este tema que estamos tratando aqui, como Presidente da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, também devo dizer que é um tema extremamente complexo. A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal traz aqui uma preocupação que é da sociedade, dos professores e de todos nós. Estamos juntos neste debate e estamos aqui para dar continuidade a esta discussão, sempre compreendendo que as nossas crianças e adolescentes devem... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...ser alvo da nossa atenção, Ver. Kevin, e da proteção integral. Devemos ter um cuidado especial em relação a tudo o que trata deste tema, até porque estamos falando em crianças em desenvolvimento e num momento muito transitório, que merece uma atenção toda especial.

Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Exa. e de todos os colegas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PEDRO RUAS:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste; trabalhadores da área da assistência social; Direção do Simpa; companheiros e companheiras do PSOL, é uma honra tê-los aqui. Representantes da comunidade palestina: meu caro Elayyan Aladdin, Presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil; Fátima Ali; Dr. Nader Baja; Mohammad – hoje, nós teremos votações importantíssimas na Casa.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PEDRO RUAS:** Esperamos, é verdade. Esperamos e lutamos. Há o projeto da FASC, que nós conhecemos e que apoiamos desde o princípio, com os trabalhadores da assistência social, e teremos também a votação de uma Moção de Solidariedade ao povo palestino. (Palmas.) Por isso, os representantes da comunidade palestina estão aqui, porque todos no mundo acompanham e estão chocados com o massacre que sofre o povo palestino na Faixa de Gaza, Presidente. O mundo tem se posicionado. E nós queremos, como sempre na história, que Porto Alegre não seja exceção e diga “basta ao genocídio”, diga que isso não pode continuar, diga que os palestinos recebem desta Casa a solidariedade. Falo em nome do PSOL, portanto em nome da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e em meu nome. A moção, que tem o apoio de vários Vereadores e Vereadoras, para nós, representa um sentimento da Cidade, de uma cidade que sabe ser solidária, sim, e, tanto quanto o mundo, se choca com as imagens das crianças mortas, das mulheres massacradas, dos homens, dos idosos sem chance alguma. E alguém ousa falar em guerra no Oriente Médio. É um massacre, um genocídio, um ataque à humanidade! Nós queremos mostrar, meu amigo João Ezequiel, que, em Porto Alegre, pensando naquelas pessoas que sofrem tanto e injustamente são massacradas lá na Faixa de Gaza, há pessoas que observam o sofrimento delas e se sensibilizam. E o mínimo, Presidente Elayyan Aladdin, que está ao nosso alcance, a medida mínima é justamente termos uma Moção de Solidariedade com esse povo tão sofrido, que, ano após ano, sofre com massacres constantes e permanentes. Que não se diga, em nenhum tempo e em nenhum lugar, que Porto Alegre, num momento tão dramático para a humanidade, não teve posição e não foi solidária com aquele povo massacrado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

---

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, todos os presentes aqui do processo educacional e da assistência social, lutadores pela liberdade e construtores de uma sociedade e um mundo de paz. Em nome da nossa Bancada, do meu partido, Partido dos Trabalhadores, quero, inicialmente, cumprimentar a representação do povo palestino que se faz presente aqui nesse momento, o Elayyan e a Fátima Ali. (Palmas.) E gostaria de dizer que, assim como o Ver. Pedro Ruas, a nossa Bancada protocolou uma Moção de Solidariedade ao povo palestino; faremos o debate daqui a pouco, mais para mostrar para o mundo que isso não é uma guerra, é um genocídio. E nós não podemos permitir que um povo indefeso, que crianças e idosos, uma sociedade toda seja aniquilada diante dos olhos do mundo e que o mundo fique calado. Esta Casa não calará! Esta Casa tem posição e terá que fazer o que sempre fez, defender a paz, defender a liberdade dos povos e dizer que a Palestina tem o direito universal de ter a sua pátria, o seu país e a defesa do seu povo. Então viva o povo palestino!

Segundo ponto que quero tratar aqui é o tema da FASC, ou melhor, o tema da assistência social na cidade de Porto Alegre. E começo dizendo para a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal que ela errou o tom hoje: o problema não é o Governo do Estado. Ela teria que vir aqui para essa tribuna discutir, porque o PP é quem coordena a FASC; portanto, é o responsável por este projeto e pela condução deste trabalho todo. O projeto não está aqui, mas eu não vi a Ver.<sup>a</sup> Mônica, em nome do seu partido, dizer uma palavra a respeito da assistência social. Quero dizer que terminamos o recesso, ficando até às 21h para votar o projeto, e foi pedida sua retirada naquele momento; trabalhou-se durante o recesso para que viesse uma medida retificativa. Segunda-feira estávamos aqui dando quórum para analisar e votar o projeto, e ficou para a abertura dos trabalhos de hoje. Até o momento, a dita medida retificativa não chegou, com a alegação de que vai ter influência na folha de pagamento, ou seja, no valor pago ou investido na assistência social. E aí temos que separar valorização profissional e investimento na estrutura de aporte nos cargos de CCs para fazer aquilo que talvez os funcionários saibam fazer muito bem.

Eu quero dizer que o projeto aqui está, e a nossa Bancada tem opinião: se não vier a medida retificativa, que venhamos a votar este projeto – e aqui há 46 cargos de CCs –,

---

apresentando uma emenda para retirar os cargos de CCs, pois aí vai ter salário e dinheiro para fazer a assistência social. (Palmas.) São 43 cargos de CCs. Vejam só, dos 43 cargos, dez são de articuladores regionais. O que é articulador regional, prezado Ver. Krieger? É um cargo político do gabinete para fazer política em nome de quem está lá. Não se precisa de dez articuladores! Retirem isso, votamos o projeto, e aí se vai ter impacto na folha, certamente: dez cargos com salário de média de gasto de R\$ 10 mil por mês para cada um, o que vai dar R\$ 100 mil por mês, que vai dar R\$ 1.200 por ano, mais 16 assessores de gabinete, o que vai dar em torno talvez de R\$ 2,5 milhões ou R\$ 3 milhões por ano. Será que isso já não resolve o impacto na folha de pagamento que o governo está dizendo que o projeto não alcança? Então, nós temos opinião para dizer o seguinte: enquanto vem aqui querer fazer demarcação política por trás das eleições, Ver.<sup>a</sup> Mônica, vamos tratar da política... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem. Carinhosamente, quero cumprimentar o movimento Moradores de Rua. Há pouco, eu estava lendo jornal e refletindo: quem perdeu a Copa? (Mostra o jornal.) Aqui mostra duas crianças vendo a Arena lá em baixo, num horizonte tão longe, mas muito longe... E eu, sentado nas cadeiras lá em cima, fiquei a pensar: que poder! Quem sou eu dentro dessa sociedade, com essas pessoas que lutam por suas casas, pela educação, pela segurança que às vezes não têm? É muito difícil, gente! Sinto-me triste por não poder contribuir mais com essas pessoas e com este País – essa é a minha tristeza. Na minha infância no Rio de Janeiro, caminhei, a caminhada foi longa, os muros foram muito altos para chegar até aqui no Rio Grande do Sul. E aí a gente olha...

---

(Mostra jornal.) Os jogadores perderam com a Copa? O torcedor perdeu com a Copa? Quem perdeu com essa Copa? Não foi o jogador, não foi o treinador, não foi o torcedor. Essas pessoas perderam a sua dignidade, as suas casas, as suas moradias. Segurança já não tem. Saúde já não tem. Então, é muito difícil, gente! Sinceramente, eu achei que, entrando aqui, eu poderia fazer alguma coisa. E não vou ficar aqui falando balelas se eu não posso fazer alguma coisa por este povo, mas uma coisa eu tenho certeza que eu posso fazer. O meu colega Bernardino falava da tristeza dele, do amigo jogador, naquele estado, morando daquela maneira. Isso não é do ser humano, gente. Isso não é para o ser humano! Mas uma coisa eu tenho certeza – eu não sou oposição nem situação –, uma coisa eu tenho certeza, e ali vale o meu coração e o meu voto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, cumprimentando os servidores públicos municipais através do Simpa, seu sindicato; cumprimentando os servidores da FASC; e cumprimentando, dentro desta visão internacionalista pela paz, a luta e os representantes da luta do povo palestino, eu vou dividir meu tempo entre estas duas questões.

Em primeiro lugar, em relação aos nossos servidores municipais, nós queremos – eu e o Ver. João Derly, pela Bancada do PCdoB – que o Governo cumpra o que estava em processo de articulação política em que nós, do PCdoB, junto com a oposição, buscávamos contribuir com o melhor acordo que dignificasse os servidores, porque esses servidores, além de uma questão salarial, que é um direito, além de uma questão de planos concretos de cargos, carreiras e salários, querem uma garantia; eles querem isso como um direito trabalhista, mas eles querem isso como uma garantia do atendimento com qualificação à população. E aqui eu quero elogiar os servidores da FASC por essa

---

visão estratégica do seu significado para a qualidade de vida do povo de Porto Alegre. No projeto da FASC, nós trabalhamos junto com o Simpa, com os trabalhadores – e eu sempre gosto de citar o Simpa, porque os sindicatos, num momento como este, sempre são estratégicos, e nós temos que fortalecer o movimento sindical para garantir os nossos direitos – e os trabalhadores conversaram conosco. Eu vou dizer o que eu penso, e “não é nenhuma brastemp”, como se diz na gíria, mas é, dos males, o menor. Votemos isso! E a nossa luta continua! Votemos isso e a nossa luta continua!

E também a inclusão, com urgência, do vale-refeição, porque faz parte do acordo com o Simpa, do acordo da greve. Nós acompanhamos, e eu sou testemunha, como Presidente da Frente Parlamentar, e quem é testemunha quer ver cumprido. Nós queremos urgência e queremos que as duas coisas sejam decididas na tarde de hoje.

Agora permitam-me – porque essa é uma questão que diz respeito a todos nós – dirigir ao povo palestino e aos seus representantes já citados aqui pelo Ver. Pedro Ruas, que fez um encaminhamento. Companheiros de muitos anos de luta, eu quero lembrar, Ruas, que, em 1988, eu era Vereadora nesta Casa e tu também - era meu primeiro mandato, primeira intifada. Eram outros tempos, ainda nós estávamos aqui na luta pela redemocratização do Brasil. Eram outros tempos em que a unidade internacionalista pelos estados nacionais funcionava como um fator de paz no mundo, e essa luta internacionalista incluía, inclusive naqueles tempos, a Nação brasileira, na sua luta pela redemocratização. A Fátima Ali me olha, e eu a cito, porque nós sabemos como é que nesta Câmara Municipal nós realizamos uma Sessão de apoio ao estado nacional palestino e ao povo palestino, contra tudo e contra todos. Tivemos aqui uma articulação política. Permita-me, Nereu, que era daquela turma também, lembrar aqui de uma das tantas figuras – infelizmente ele não está mais conosco, pois nos daria o voto –, o nosso querido Ver. Valneri Antunes. Hoje, em outro tempo de um Brasil democrático, nós queremos mais, por isso queremos reforma política que busque construir a sua soberania como Nação, o seu desenvolvimento como uma Nação que se posta no mundo para a integração dos povos e pela paz. Hoje, esta Câmara Municipal, da Cidade do Fórum Social Mundial, que, há um ano e pouco, fez o Fórum Social Temático “Palestina Livre”, não pode retroceder àquele momento de quase 30 anos, que desta Casa foi tirado. Esta é

---

uma Cidade democrática, esta é a Cidade do OP, esta é a Cidade do Fórum Social. Relembro, um ano e pouco atrás, “Palestina Livre”, a cidade onde os povos do mundo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...agora na Copa vivenciaram também, em Porto Alegre, a democracia. Palestina livre significa estados nacionais. O mesmo acordo que foi feito pelo direito do Estado de Israel tem que ser cumprido pelo direito do estado palestino, para que o povo palestino não seja massacrado. O capitalismo, o sionismo e o imperialismo que, para sobreviver, precisam fabricar armas, fabricam guerras, principalmente os Estados Unidos! Guerras criminosas como esta que está acontecendo. Viva a liberdade dos povos! Nós só teremos paz com a paz da Palestina, e a paz da Palestina é o estado nacional palestino! Palestina livre! Lutemos! Palestina livre significa um mundo livre e de paz.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony.

A Ver.<sup>a</sup> Séfora Mota solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 6 a 7 de agosto. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde, Sr. Presidente; Vereadores e Vereadoras; servidores da Fundação; estatutários e celetistas que hoje estão aqui ansiosos como eu e o Presidente da FASC, Marcelo Soares; antes da minha manifestação, quero iniciar, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, nossa Líder do Partido Progressista, desmentindo o Ver. Comassetto, que veio a esta tribuna dizendo que tu não havias apoiado o projeto de lei da FASC. Eu quero aqui dizer a todos os servidores da Fundação que tu votaste inclusive contra o Governo nos requerimentos que chegaram do Prefeito.

Então fica aqui o meu apoio à minha Líder, o meu apoio a ti pelas manifestações equivocadas do Ver. Comassetto em relação ao nosso partido, que votou unido, sempre para aprovar o Projeto de Lei nº 041/13. É importante a gente colocar os “pingos nos is”.

---

E mais: o Ver. Comassetto vem aqui e diz para vocês que o Governo está criando 43 cargos, só que ele não falou que nós estamos extinguindo 47 cargos de confiança, diminuindo de 47 para 43. A verdade tem que ser dita! São poucos os governos que diminuem os cargos de confiança. São poucos os governos que colocam a direção técnica como um quadro de servidores. O Ver. Comassetto fala muito bonito para vocês, só que o Governo do Estado criou 3 mil cargos de confiança! Lá no Governo do Estado, no Palácio Piratini, no último Governo, criaram 3 mil cargos de confiança! É, as coisas têm que ser ditas.

Finalizando essa parte que eu fiz questão de colocar...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Sem dúvida nenhuma, nós estaremos aqui para votar, o Partido Progressista está aqui para votar, os quatro Vereadores do Partido, e vão votar, sem dúvida nenhuma, com o projeto que nós apresentamos, projeto que o Governo apresentou! Estamos tendo dificuldade? Estamos tendo dificuldade, mas todas as lutas, todas as brigas, muitas vezes, não são simples. Agora, ninguém vai tirar dessa gestão que está na Fundação e que trouxe o PLE nº 041/13 para cá. Ninguém vai tirar! Sem dúvida nenhuma, os trabalhadores colaboraram diretamente com esse Projeto de Lei nº 041/13, mas a gestão, Jussara Cony, Vereadora a quem eu respeito tanto, quando falaste dos servidores, falaste dos trabalhadores, teve, sim, Ver. Pujol, um papel importante, porque, se não tivesse a vontade da gestão da FASC e a gestão do Prefeito Fortunati, sem dúvida nenhuma, o projeto não teria chegado aqui. Estamos enfrentando, Ver. Nereu, algumas dificuldades financeiras, mas, sem dúvida nenhuma, elas serão superadas, e nós vamos aprovar o projeto que vai beneficiar a Fundação de Assistência Social e Cidadania, que vai beneficiar a todos os servidores, sejam estatutários ou celetistas, e, principalmente, os usuários do Sistema Único de Assistência Social, que existe, sim, em Porto Alegre. Hoje, faz cinco Sessões que nós estamos enfrentando isso, que vocês vêm aqui e querem ver o projeto votado, tanto quanto eu, mas, mais do que eu, talvez, nenhum de vocês queira, porque fui eu quem o apresentou, em novembro do ano

---

passado. Foi a nossa gestão que o construiu, junto aos trabalhadores e, inclusive, com o sindicato, formando um grupo gestor de trabalho e fazendo toda essa construção, que durou dois anos e que está se arrastando por cinco Sessões. Mas, sem dúvida nenhuma, nós estaremos aqui para garantir a votação deste projeto de lei que vai beneficiar muito a nossa cidade de Porto Alegre.

Nós temos a responsabilidade de falar a verdade nesta tribuna. Infelizmente, o Ver. Comassetto veio aqui... E eu quero, Ver.<sup>a</sup> Mônica, mais uma vez, afirmar que, ao longo desses quinze dias de recesso parlamentar, tu foste fundamental, como amiga do PP, junto ao Governo Municipal, junto ao nosso Presidente Marcelo Soares, nas articulações, para que pudesse andar e para que esta Mensagem Retificativa que o Governo construiu, ao longo desses 15 dias, com diversas reuniões, pudesse estar chegando nesta Câmara. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde, companheiras, companheiros, nós temos dois temas muito importantes na tarde de hoje, dois temas que, desde a semana anterior ao recesso, nós vínhamos discutindo sistematicamente, aqui nessa tribuna. Aproveito para agradecer ao Ver. Comassetto, que é o Líder da oposição, pela cedência do tempo. Primeiro, o verdadeiro massacre que nós estamos vendo mais uma vez na Faixa de Gaza, um verdadeiro genocídio do povo palestino orquestrado por um estado sionista que violenta uma população de uma maneira brutal. São 1.800 mortos até agora, mais de 300 crianças assassinadas pelos ataques promovidos pelo Estado de Israel, um povo que vive na maior concentração populacional por metro quadrado, fruto das ofensivas sistemáticas do Estado de Israel sobre o território palestino. Quero cumprimentar a Fátima Ali, Elayyan Aladdin, Dr. Nader Baja, lutador de muitos anos, o povo palestino que está aqui conosco, hoje. Desde 2008, 2009, esse é o maior massacre que nós estamos assistindo. Cada bomba na Faixa de Gaza é uma bomba contra a humanidade, é uma bomba contra nós, contra as crianças, é uma bomba contra o direito de um povo de existir, de se

---

autodeterminar e buscar a construção de um estado soberano, palestino, autônomo em território seu. Nós não podemos silenciar diante da violência que neste momento acontece na Faixa de Gaza. E é muito importante, Ver. Tarciso que essa Câmara se pronuncie de novo. Nós nos pronunciamos em 2009, na nossa posse, o Ver. Pedro Ruas e eu – primeira Bancada do PSOL na Câmara Municipal – e na nossa posse nós fizemos questão de entrar com uma faixa que dizia: “Basta de genocídio” e com uma bandeira da Palestina que, naquele momento, também era atacada violentamente, como é atacada agora.

Nós, na Câmara Municipal, apoiamos com uma votação unânime o repúdio ao que aconteceu em 2012, quando uma frota, um navio humanitário levava uma tripulação turca, levava mantimentos para a Faixa de Gaza e para a Cisjordânia, dez turcos foram assassinados pelo Estado de Israel naquele momento; e nós, unanimemente, votamos uma Moção de Repúdio a esse ato. Nós mostramos fotos daquela barbárie. É com esse mesmo espírito que nós queremos pedir o voto de cada um dos Vereadores e Vereadoras desta Câmara em solidariedade ao povo palestino. O silêncio, a omissão diante da violência e dos assassinatos é cooperar com o opressor e, portanto, apoiar o lado mais forte que faz essas barbáries. Foram 1.800 assassinatos! Nós vemos, sistematicamente, a tentativa em dizer que existe um conflito e uma guerra, quando, na verdade, nós vemos o segundo maior exército do mundo atacar um povo que sequer tem seu Estado, ou o seu próprio exército, e que busca fazer uma verdadeira limpeza étnica que é o que estamos assistindo neste momento na Faixa de Gaza. Então nós queremos que esta Câmara vote, por unanimidade, uma Moção de Apoio ao povo palestino, protocolada pelo Ver. Pedro Ruas e por mim, mas, na verdade, é a voz de milhares, milhões que no mundo inteiro têm se mobilizado contra esse genocídio.

Assim como da mesma maneira que nós queremos que esta Câmara acabe com essa verdadeira novela que se transformou o Projeto da FASC. Nós estamos há anos esperando a implementação do SUAS na cidade de Porto Alegre. As pessoas em situação de rua que acompanham o projeto estão lutando pela política de assistência social; os trabalhadores estão lutando pela implementação do SUAS. Leila, Ângela, João Ezequiel, companheiros municipais escreveram juntos um projeto de lei que a cada

---

Sessão é “empurrado com a barriga”. Nós ficamos muito contentes em saber que chegou a Mensagem Retificativa sobre a qual nós queremos fazer muitos debates sobre o escalonamento, sobre os milhões que têm para pagar CCs e não têm para garantir concurso público para assistente social, para psicólogo, para educador, para a área da Saúde. Nós queremos debater o Controle Social para fazer parte do organograma. Mas nós queremos o compromisso do Governo em não tirar o quórum na Sessão de hoje como fizeram, vergonhosamente, na Sessão de segunda-feira! Ninguém... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Só quero concluir dizendo que nós não aceitaremos manobras e esperamos que a palavra seja cumprida, a Mensagem Retificativa seja protocolada e nós possamos fazer o debate político que garanta uma política pública de assistência social e uma moção que garanta o reconhecimento de que é necessária uma Palestina livre, soberana e contra qualquer genocídio promovido pelo Estado de Israel.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, tem que votar o projeto, tem que votar os projetos, tem que deliberar sobre a proposta de reestruturação da FASC, hoje, de forma impreterível. É verdade que, para alguns, pode parecer que há algumas artimanhas para retardar. Não. A verdade é que para fazer as coisas bem certas, bem feitas e corretas, às vezes, se precisa um pouco mais de tempo. E é o que se está precisando agora, para que possamos fazer uma operação casada, e dizer que, a partir de hoje, com a Mensagem Retificativa que está chegando aí e que é fruto de uma negociação ampla, que (Ininteligível.) o governo majoritário na Casa e a brilhante oposição com assento aqui nesta Casa. Com a Mensagem Retificativa, nós fechamos uma operação casada, em que nós vamos aprovar ou rejeitar o Requerimento do Prefeito que pede a retirada do projeto; logo em seguida vão aprovar a emenda que

---

tiver que ser aprovada e rejeitar a que, eventualmente, não tenha que ser aprovada; e aí aprovar o projeto e liquidar com o problema. Isso se chama um trabalho exaustivo que vem se buscando fazer desde outro dia com alguns recuos e outros avanços. Mas eu quero – em homenagem aos servidores da FASC, que têm ultimamente nos brindado com a presença em todas as nossas Sessões – dizer que a luta de vocês não vai ser em vão. Nós vamos decidir hoje, no limite da nossa responsabilidade, as coisas que são exequíveis, que não vão ser objeto de veto do Prefeito, que vão ser obrigatoriamente cumpridas e que vão beneficiar todos os senhores dentro do tempo e na medida do possível. Por isso quero responder, em alto e bom tom, o pronunciamento que ouvi da plateia: “vota”. É o que eu quero fazer no dia de hoje: votar conscientemente, votar coerentemente, votar com consequência, votar sabendo que eu estou votando e me preparando para oferecer, Ver. Nereu, com o meu voto, com o voto de todos nós, com o voto dos 29 Vereadores aqui presentes... Quem sabe, mais ainda, espero que outros tantos venham aqui nos ajudar a complementar esse trabalho de construção política, onde todos estão contribuindo no limite das suas possibilidades. E é hoje, Ver. Mario Fraga – V. Exa. que está debutando na Liderança –, que V. Exa. vai registrar a sua primeira grande vitória. Nós vamos aprovar o projeto do Governo com as retificações necessárias e com as consequências previsíveis, o mais breve possível, dentro das possibilidades que a própria lei vai oferecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MARIO FRAGA:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores e Sras. Vereadores; público nas galerias; público que nos assiste pela TVCâmara; pessoal da Palestina que está aqui acompanhando o Ver. Pedro Ruas e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda – dentro de um possível acordo votaremos a Moção de Apoio à Palestina; e pessoal da FASC. Ver. Pedro Ruas, gostaria que V. Exa. explicasse ao pessoal da FASC que tudo depende de um acordo. Agora nós estamos tentando um acordo aqui – para quem não estava

---

escutando eu falar com o pessoal do sindicato e o pessoal que representa a FASC – para ganharmos mais dez minutos. Todos os Vereadores que falaram aqui estavam tentando ganhar esse tempo. Já são 15h22min, e acabamos de ter a notícia que o Prefeito Fortunati assinou a Mensagem Retificativa. Pessoal, foi o primeiro passo, agora a Mensagem chegará aqui e nós vamos estudar e ver se conseguimos votar.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. MARIO FRAGA:** Nós vamos votar, estamos todos preparados. É o primeiro projeto, não tem como votar alguma coisa na Ordem do Dia que não seja primeiro o projeto da FASC. Não tem como votar algum projeto na Ordem do Dia que não seja primeiro o da FASC! O primeiro projeto é o da FASC! Nós vamos fazer uma inversão na ordem dos trabalhos para entrarmos na Pauta. Vai correr a 1ª Sessão de Pauta sobre o projeto do vale-alimentação. Aqui na Casa, esse projeto tem que correr duas Sessões de Pauta e, depois, entrará em processo de votação. Num acordo com a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e com a Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, nós vamos fazer a inversão na ordem dos trabalhos e entraremos em Pauta. E eu havia pedido para que uma Vereadora falasse pela situação e pela oposição, que seria a Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, mas a Ver.<sup>a</sup> Sofia também pediu para falar sobre o vale-alimentação – e com justiça –, porque ela participou de todos os atos na época do dissídio. Eu estive algumas vezes com V. Exa., Ver.<sup>a</sup> Sofia, mas tenho certeza que, pela oposição, V. Exa. esteve sempre presente.

Então, neste momento, temos a notícia de que o Prefeito assinou e vai chegar aqui daqui uns 20 ou 30 minutos. Nós vamos suspender a Sessão, conversar com os Líderes e, se Deus quiser, entraremos na Ordem do Dia.

Portanto, Presidente Professor Garcia, eu faço um requerimento, aqui da tribuna, solicitando a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Pauta. Após retornamos à ordem normal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mario Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA**

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Sra. Vereadores, senhoras e senhores, tramita nesta Casa – e aí eu cumprimento os colegas funcionários – o projeto que reajusta o valor do vale-alimentação dos funcionários municipais de Porto Alegre. Reajuste esse que foi conquista de uma greve valorosa, de uma greve heroica, de uma greve que enfrentou a intransigência do Governo Municipal, uma greve que se estendeu pela falta de respeito com o direito de greve por parte do nosso Prefeito, que queria a punição, o desconto dos dias parados, mas, principalmente, uma greve que construiu alguns compromissos – e eu falo deles quando trato de um dos pontos de pauta negociados e conquistados. Um dos compromissos foi a revisão e a inclusão da FASC na atual lei do sistema de plantões, porque a FASC está penalizada em relação às outras Secretarias, já tem um trabalho penoso, não tem as duas folgas garantidas, não tem redução de horas e tem um compromisso assumido na mesa de negociações. Toda a mesa de negociações incluía o tema da FASC, porque o tema dos plantões estava previsto, e eu cobro do Governo se a comissão que ficou acordada para responder à categoria sobre o regime de plantões, incluindo e resolvendo o tema da FASC, foi instalada e se está funcionando, porque a greve já terminou há mais de mês, o acordo de greve foi feito, e nós somos guardiões aqui da Câmara, pela nossa participação, Ver. Kevin, dos compromissos assumidos na mesa de negociação. Então, é o vale-alimentação, que está agora sendo regularizado – foi reajustado por decreto –, mas é também o plano de carreira, é também a contratação do plano de saúde e a

---

regulamentação e a regularização dos plantões. E nós esperamos que a Mensagem Retificativa, de fato, venha respeitando o acúmulo que a FASC e o Simpa fizeram com o Governo, com a representação do Governo, com a representação da FASC, e, portanto, com a representação do Prefeito, porque a FASC precisa imediatamente de outra forma de funcionamento.

E eu quero aqui atualizar um dado com o qual trabalhei na segunda-feira: R\$ 7,5 milhões estão reprogramados para investimento exatamente na atenção ao público mais vulnerável, como a população em situação de rua, onde temos milhares de adultos vivendo em situação degradante. Atualizando com o Conselho de Assistência Social, na verdade, R\$ 7,5 milhões estão sendo reprogramados, portanto, não utilizados desde 2011, mas tem ainda R\$ 2 milhões. Tem mais R\$ 2 milhões na conta que estão esperando projeto e sequer a Prefeitura solicitou ao Conselho a reprogramação. Portanto, tem recurso público federal não utilizado por falta de um funcionamento mais orgânico, de um SUAS plenamente instalado, de equipes técnicas permanentes, de equipes formadas por profissionais concursados e com a impossibilidade de realizar um trabalho integrado, presente, fazendo a leitura da realidade, com as entidades da sociedade civil, pela terceirização, pela fragmentação que hoje é a nossa secretaria, ou o nosso departamento, a nossa Fundação de Recursos Humanos. Então, nós estamos apoiando e acelerando a votação do vale-alimentação, mas cobramos os demais compromissos que o Governo assumiu na ocasião da greve dos municipais, que aprovaram a proposta confiando no acordo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Ver.<sup>a</sup> Sofia, nós, que estivemos juntos nessa mesa de negociação, dentre tantos Vereadores que ajudaram e colaboraram no enfrentamento e na solução da greve dos municipais, principalmente com o Vice-Prefeito Sebastião Melo, quando o Executivo assumiu realmente esses compromissos do vale-alimentação e

---

quando o Governo reconheceu o atraso do envio para a Câmara de Vereadores... Sem dúvida nenhuma, hoje, está sendo regulamentado o projeto que veio para aumentar o valor do vale-alimentação, se não me engano, Ver. Mario Fraga, em torno de 15%. Foi para R\$ 17,00, acima do valor da inflação. Sem dúvida nenhuma, atrasou, mas eu acredito que naquele momento da negociação... E quero aqui parabenizar o Simpa pela forma como sentou à mesa de negociação e encaminhou todo o processo de retorno dos trabalhadores não com o abono, mas sim com a compensação do ponto. E acho que o Governo também foi sensível na mesa de negociação, e é assim que devem funcionar as articulações entre governos e sindicatos, cada um com as suas reivindicações, mas sempre podendo fazer um trabalho de diálogo e tentando chegar ao melhor denominador comum para os servidores públicos, o que, conseqüentemente, acaba sendo melhor para nossa população que é atendida nos nossos serviços públicos, principalmente aqueles serviços que atendem aos nossos usuários, seja na assistência social, seja na saúde, entre tantos outros serviços que o Município, Ver. Cecchim, desempenha, e desempenha muito bem. Aqui temos um exemplo disso com os servidores da Fundação, coordenadores de CRAS, coordenadores de CREAS, técnicos, educadores, monitores, trabalhadores da rede de assistência social; não só os trabalhadores do governo, mas os que fazem a diferença no dia a dia nos encaminhamentos, nos acompanhamentos, em todo o processo, que é o atendimento aos nossos usuários.

Então eu queria, mais uma vez – eu sei que estamos em período de Pauta, Presidente –, reconhecer e parabenizar a movimentação dos servidores da Fundação, do Sindicato, dos Conselhos que fizeram, sim, a sua parte de pressão, para que o nosso projeto da lei saísse da nona ou décima posição para a segunda posição na votação. Por isso nós estamos, hoje, no quinto dia de Sessão Plenária para votar este projeto de lei. E os Legislativos são assim, nós temos que respeitá-los. Eu já gostaria de ter votado no primeiro dia, não tenham dúvida disso, mas temos que ver o lado positivo.

Nós tentamos, ao longo desses dois anos na FASC, colocar o PDV dos celetistas junto, e, nessa negociação, nesses 15 dias, isso aconteceu e, sem dúvida nenhuma, o PLE nº 041/13, com a Mensagem Retificativa do Prefeito, vai ser melhor a partir de agora. E não tenho dúvida de que, ao longo dos próximos anos, a Fundação vai dar o grande salto de

---

qualidade, porque esse projeto não foi um projeto de um partido, foi um projeto de Estado e um projeto de gestão para vários partidos que vão passar nessa gestão, e um projeto de lei que fica, independentemente de quem estiver sentado na cadeira da Fundação como Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. MARIO FRAGA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público das galerias e demais pessoas que nos assistem pela TVCâmara, venho aqui para trazer mais uma notícia: o Prefeito Fortunati já assinou a Mensagem Retificativa. Estamos ganhando mais um tempinho, vou pedir a compreensão de vocês, do Simpa – não será o caso da FASC, que terá seu projeto votado hoje. Também quero dizer que os Vereadores não falaram que o projeto do vale-alimentação está aqui na Câmara.

(Aparte antirregimental.)

**O SR. MARIO FRAGA:** Alguns falaram? É que quando está dentro da inflação, dentro do parâmetro normal, ele não precisa vir para a Casa; quando a diferença for acima da inflação, tem que passar pela Casa. O projeto é do Governo Fortunati e veio para a Câmara por esse motivo.

E agora eu queria ver com a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e com o Ver. Pedro Ruas e demais líderes a possibilidade de entrarmos na Ordem do Dia.

Chegou o Gil, o nosso Assessor Parlamentar: está assinado, Gil? A Mensagem Retificativa está chegando!

Vamos votar primeiro a Moção de Apoio ao povo da Palestina, e depois vamos falar com o Ver. Pedro Ruas e demais Líderes para ninguém fazer encaminhamentos. Assim, entraria um projeto da oposição, do Ver. Pedro Ruas, e dois projetos sobre nomes de ruas, da situação, de autoria do Ver. Alceu Brasinha, e não haveria discussão nenhuma.

---

Isso se daria num prazo de cinco minutos. Se todos os Vereadores concordarem e o pessoal da FASC concordar. Agora vocês estão com o poder. Ou entramos direto no projeto da FASC ou... Agora é com vocês!

Ver. Professor Garcia, a proposta é esta: votamos três projetos antes do projeto da FASC, sem nenhum Vereador se manifestar. Vamos chamar uma reunião com os líderes agora para fazer este acordo: vota os três projetos sem ninguém falar, e entramos no projeto da FASC. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, participo desta discussão preliminar de Pauta no cumprimento do mandamento regimental, e até para que essas *démarche* que se anunciam a respeito da ordem de votação dos projetos da Casa possam produzir os seus efeitos, isso é, se permitir que antes da votação do projeto da FASC se votem esses três projetos já anunciados: a solidariedade com o povo palestino e os dois projetos de autoria do Ver. Alceu Brasinha. Quero dizer que, claramente, neste assunto acompanho a maioria, e ao que for decidido vou me submeter.

Venho à tribuna claramente com o objetivo de me referir ao PLE nº 027/14, do Ver. Márcio Bins Ely – lamentavelmente não se encontra presente neste momento –, que propõe alterações nos valores do pagamento do vale-alimentação. Obviamente, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que esse projeto com data anterior a 1º de maio de 2014 pode, em determinadas circunstâncias, até ter perdido a sua razão de ser, mas independente disso, a Procuradoria do Legislativo assinala, ao final do seu parecer que se trata de parcela de parcela de natureza indenizatória consoante orientação jurisprudencial, não se enquadrando como despesa de pessoal para efeitos de incidência da Lei Complementar de 10 de janeiro de 2000. E assim, então, a matéria, objeto do projeto de lei em exame,

---

vê-se que se insere no âmbito da competência municipal, inexistindo óbice jurídico à sua tramitação.

Quero, data vênua, Sr. Presidente, me resguardar o direito de examinar com mais profundidade essa matéria, quando ela tramitar na Comissão de Constituição e Justiça, dado que me parece que análise não é tão simples assim. Porque, se as parcelas que não são consideradas integrantes do salário para efeitos previdenciários, mas que se constituem também em vantagens dos servidores, ficam excluídos das redações que são inseridas na Lei Orgânica do Município e na Constituição Federal. Se essa porta for aberta, nós teremos como legisladores um amplo caminho para trilhar, as, sabidamente, correremos o risco de encontrarmos oposição da parte dos governos, especialmente do governo constituído, que disporá da possibilidade do veto, quando não mais da própria busca da declaração de inconstitucionalidade, na hipótese desse assunto não merecer o clareamento adequado que eu pretendo que ele venha alcançar durante seu exame na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, a qual eu tenho o prazer de presidir, e sob a qual asseguro haverá o zelo necessário para que esta matéria, como todas as outras, seja devidamente analisada, sopesados os seus vários aspectos, e, ao final, oferecida alguma decisão que corresponda à expectativa e dê a segurança jurídica à sua tramitação. Era isto, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Mario Fraga:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver.<sup>a</sup> Jussara, Ver. Idenir Cecchim, Ver. Reginaldo Pujol, Ver. Pedro Ruas, Ver. Nereu, demais Vereadores, nós precisamos fazer uma reunião, Vereador-Presidente, com todos os Vereadores para nós entrarmos no projeto da FASC e fazer este acórdão que nós fizemos de votar a Moção de Solidariedade com o povo palestino e votar os dois projetos do Ver. Brasinha e depois o projeto da FASC. Ou nós fizemos a reunião antes ou entramos na Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereador, esta Presidência vai entrar na Ordem do Dia, e nada impede que os Vereadores façam – devem fazer – as suas

articulações. Nós vamos votar primeiro o requerimento, e, se houve alguma dúvida sobre o projeto sobre a questão da Palestina...Nós vamos entrar, porque se formos fazer uma reunião agora, nós não temos como! Os Vereadores deve vir articulados, porque nós temos que continuar a Sessão.

**O Sr. Mario Fraga:** Sr. Presidente, eu estou exercendo esta função de Líder.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Eu sei, Vereador.

**O Sr. Mario Fraga:** É o segundo projeto que temos. Então, o que eu quero colocar é que nós vamos votar primeiro os três projetos e depois votaremos o projeto da FASC. É isso? Pode ser, Vereador? Pela Diretoria Legislativa, podemos fazer esse acordo?

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** V. Exa. já está apresentando, então, algo mais. Vereador, eu quero dizer o seguinte...

**O Sr. Mario Fraga:** Vamos ter que acordar; por isso que eu queria fazer a reunião. A Ver.<sup>a</sup> Sofia não está aceitando.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Caro Líder do Governo, Mario Fraga, primeiro, esta Presidência vai entrar na Ordem do Dia. A partir da Ordem do Dia, votar o requerimento da FASC.

**O Sr. Mario Fraga:** Ver. Comassetto, pessoal! O Ver. Comassetto é o Líder da oposição. Nós precisamos cinco minutos, Vereador, senão vai prejudicar todos os trabalhos de hoje, Vereador. Cinco minutos nós precisamos, Vereador...

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereador, eu sei...

**O Sr. Mario Fraga:** Antes da Ordem do Dia...

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Não, Vereador. Nós vamos entrar no requerimento; tem tempo, Vereador.

**O Sr. Mario Fraga:** Não, não, pode ser muito rápido. Pessoal da FASC, nós precisamos fazer o acordo, vão por mim, nós precisamos fazer o acordo antes, senão depois não vai votar a FASC, vão por mim, pessoal. Nós temos que fazer um acordo antes, qual o problema de fazer o acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Ver. Mario Fraga e Ver.<sup>a</sup> Sofia, só um pouquinho. Esta Presidência estava fazendo a sugestão. Qual é a questão? O senhor é Líder do Governo e a senhora é da oposição. Eu acho que tem tempo. Deixe-me colocar assim: entramos na Ordem do Dia, votamos o requerimento da FASC e aí, se vai ser acolhido ou não, eu não sei; ato contínuo, o Ver. Pedro Ruas vai entrar com uma solicitação para votar a Moção de Solidariedade ao povo palestino, e o Ver. Brasinha entra com os seus dois projetos. Depois entra o projeto da FASC, Vereador. Então, temos tempo.

Vereador, veja a dificuldade pela qual esta Presidência e a Diretoria Legislativa estão passando: a Mensagem Retificativa chegou agora. Nós não tivemos tempo de lê-la, não sabemos o que foi alterado, e os Vereadores também não sabem. Eu não vou colocar em risco e votar algo às cegas. Sei da boa vontade do Executivo, mas eu tenho que preservar a Casa como um todo, e os Vereadores devem se apropriar da Mensagem para ver o seu teor. Enquanto fazemos as outras discussões, dá tempo para tomarmos conhecimento do seu teor e fazermos as articulações, mas o Vereador insiste com os cinco minutos, e esta Presidência não quer conceder os cinco minutos.

**O Sr. Mario Fraga:** Presidente, estamos acordados. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** (15h49min) Havendo quórum, passamos à

**ORDEM DO DIA**

Em votação nominal, por solicitação desta Presidência, o Requerimento, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, José Fortunati, solicitando a retirada de tramitação do PLE nº 041/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 28 votos **NÃO**.

**O Sr. Pedro Ruas:** Só para registrar que, pelo acordo, não haverá falas. Quero salientar que, dois dias depois de entrar esta Moção, assinada por mim e pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, entrou a mesma Moção, assinada pelo Ver. Comassetto e pela Bancada do PT. É um registro histórico de justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Feito o registro, Vereador.

**O Sr. Mario Fraga:** Presidente, votaremos a Moção?

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Sim.

**O Sr. Mario Fraga:** Depois, os dois projetos do Ver. Brasinha?

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Sim.

**O Sr. Mario Fraga:** Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Algum Vereador ainda tem dúvida sobre o que vai ser votado? Não pode ter dúvida. Por gentileza, Ver. Reginaldo Pujol.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** Presidente, no momento, eu não tenho dúvida e nem certeza. Eu não sei o que vai ser votado, V. Exa. vai anunciar agora.

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** É que havia sido combinado, Vereador, que nós votaríamos, após o Requerimento de autoria do Sr. Prefeito Municipal, José Fortunati, o Requerimento nº 075/14, que requer Moção de Solidariedade ao povo palestino, do Ver. Pedro Ruas e da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna; depois, dois projetos do Ver. Brasinha; e, após, o projeto da FASC. Está muito complexa a questão do que foi alterado, e nós temos que nos apropriar para sabermos informar aos Srs. Vereadores sobre o que foi alterado.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mario Manfro, o Requerimento nº 075/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 8 **ABSTENÇÕES**.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 02, 03, 04 e 05, destacadas, ao PLE nº 041/13.

Em discussão o PLL nº 028/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em discussão o PLL nº 045/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo a Mensagem Retificativa, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, Ofício nº 730/GP. (Lê.): “Tendo em vista a necessidade da correta reestruturação do quadro funcional da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), visando ao atendimento dos dispositivos da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 6 de julho de 2011, e ainda a implantação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PDV – aos servidores do quadro em extinção da FASC, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, encaminhamos a presente MENSAGEM RETIFICATIVA PARCIAL DO PLE n. 041/13. A alteração ora proposta incorpora ao texto do projeto de lei a implantação do Programa de

---

Incentivo à Demissão Voluntária dos funcionários celetistas daquela Fundação, de modo a escalonar a ocupação dos cargos efetivos ora criados de acordo com a adesão ao referido programa, especialmente para que não haja relevante impacto financeiro na folha de pagamento. Dessa forma, foram incluídos sete artigos ao projeto em questão, suprimindo-se os artigos 6º, 9º, 13 e 15 e os anexos III e IV, e dada nova redação aos arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 8º e 10, conforme consta nos dispositivos abaixo. O conteúdo do art. 6º, ora suprimido, será tratado em projeto específico, pois versa sobre conteúdo objeto de Lei Complementar. O conteúdo do art. 9º e os anexos III e IV são exemplificativos e demonstrativos, não sendo incluídos no texto da lei. Por fim, em razão das retificações supramencionadas, foram alterados os anexos que acompanharam o Projeto de Lei n. 041/13, conforme apresentado nos dispositivos abaixo. Valho-me da oportunidade, Senhor Presidente, para reiterar-lhe as expressões de meu elevado apreço. Atenciosamente, José Fortunati”.

Sr. Vereadores e Sras. Vereadoras, esta é a Mensagem Retificativa. Vocês têm uma ideia das alterações que foram feitas, e agora vamos começar o processo de discussão do projeto.

Esta presidência convoca, rapidamente, todos os Líderes a se aproximarem da Mesa para tentar fazer uma composição devido à complexidade da situação.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h07min.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** (16h38min) Estão reabertos os trabalhos.

Quero agradecer a todas as lideranças que participaram da reunião. Eu sempre digo – nós temos aqui 15 Bancadas – que esta é a Casa da divergência, muitas vezes da discórdia, mas também é a Casa da busca do consenso. Todas as Bancadas decidiram que nós vamos discutir e votar o projeto para que a Diretoria Legislativa possa então sistematizar. Acredito que o Sindicato deva ter lido, se apropriado. Durante a discussão cabem emendas, faz parte, mas claro que são emendas de lideranças.

Aprego Requerimento de autoria do Ver. Mario Fraga, solicitando dispensa do envio da Mensagem Retificativa ao PLE nº 041/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em

---

votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.) **APROVADO.**

Solicito que o Ver. Mauro Pinheiro assuma a presidência dos trabalhos, pois este Vereador estará num evento com o Ministro do Trabalho e sindicatos, retornando depois.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em discussão o PLE nº 041/13. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 041/13.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colegas municipais, estamos aguardando uma posição final do Simpa, da representação de vocês, sobre a Mensagem Retificativa. Tivemos uma conversa de Lideranças e Vereadores de construir na política, de não usar o formalismo, de entender como emenda a Mensagem Retificativa. Tivemos uma síntese das mudanças. São elas – e aí, confirmam, senhores e senhoras: a não criação dos cargos de advogado e assessor jurídico, que não existem mais na carreira; são todos procuradores do Município, um tema a se tratar melhor depois; a criação do PDV. Nós sempre fomos, historicamente, contrários ao PDV, a estimular funcionário a se demitir, porque nós investimos em carreira, em permanência, em qualificação, em valorização do funcionário. Mas me parece que há uma reivindicação, é um período curto, é voluntário, não tem nenhuma obrigação de ninguém assumir e se demitir, é até fevereiro de 2015, portanto não me parece uma questão mais problemática.

E, por outro lado, há uma construção, uma proposição que, de alguma maneira, pode engessar o Executivo, de um calendário de nomeações, que vai de 2014 a 2021, e nessa direção, talvez – e estamos fazendo a discussão aqui para dar tempo de conversar com o Simpa –, Ver. Kevin Krieger e Diretor Marcelo, pudéssemos fazer uma emenda na medida da necessidade. Porque, até 2021, se amarrar num número fixo de nomeações, pode nos engessar diante das imensas necessidades, da alteração de conjuntura, do estresse, da demissão, de uma série de questões que nós sabemos que podem acontecer. Então,

---

minha primeira ponderação é no sentido de que façamos uma emenda de líderes, agora, durante o período de discussão, flexibilizando esse calendário diante da necessidade de nomeação, além do que está previsto aqui; ficaria como um indicativo apenas. Essa é a proposição que faço em voz alta, porque estamos com pouquíssimo tempo, queremos votar hoje, temos compromisso – com vocês e principalmente com a população mais vulnerável – de votar hoje. Penso que um calendário engessando desse jeito, até 2021, é temerário. Podemos estar com muita necessidade e proibidos pela lei de nomear concursados, com cargos vagos e com problemas sérios de gestão, de estresse, de sobretrabalho, que nós sabemos que já existem na nossa Fundação.

Quero também dizer que a persistência de vocês, a presença de vocês todos esses dias foi, de fato, algo muito precioso e fundamental para chegarmos a um acordo muito próximo do grande acordo que estamos chegando hoje. A militância fez com que o Governo resolvesse os seus problemas, a sua falta de previsão orçamentária. O projeto veio para cá com problemas por não ter essa previsão orçamentária; há uma redução pequena de CCs, nós ainda vamos discutir nas emendas o caso do cargo comissionado, entendemos que o Governo Municipal exagerou, nos últimos anos, tanto nas gratificações ao mais altos salários quanto na criação de CCs. Hoje a Prefeitura de Porto Alegre tem mais de mil cargos comissionados que não só interferem nas finanças públicas, no gasto com pessoal, mas que retiram a possibilidade da valorização e do investimento no quadro de pessoal permanente. Nesse sentido, eu elogio um dos itens que está aqui e que nós votaremos. Nós temos, hoje, 37 funções gratificadas que estão sendo extintas e está-se criando 131 FGs. E FG, de fato, valoriza o funcionário, o trabalhador, para assumir uma responsabilidade a mais, para coordenar grupo, para assessorar um trabalho mais complexo. E isso me parece correto, adequado. Não sei se o número é exatamente adequado, nós respeitamos pela construção que o Simpa, os trabalhadores e as trabalhadoras fizeram com o Governo. E isso, para nós, é acertado, diferente do exagero na construção de cargos comissionados que, na verdade, vem cooptando lideranças comunitárias no caso dos CARs, no caso dos Fóruns de Delegados, esvaziando a autonomia do Orçamento Participativo. Esse é um fenômeno que nós percebemos na Cidade inteira. O Orçamento Participativo que hoje incide muito pouco sobre os destinos

---

da Cidade, porque há, lamentavelmente, por parte deste Governo, uma confusão, uma visão equivocada do que é sociedade civil, do que é participação direta, do que é soberania da população e do espaço que eles precisam cada vez mais ocupar na gestão pública.

Quando nós vemos conselhos que são dirigidos pelo governo, conselhos que são cooptados pelo governo, fóruns de representação que o governo acaba incidindo sobre, criando maioria e dirigindo, nós notamos que essa não é a democracia mais adequada, não é um governo que respeita a organização popular, que fortalece os conselhos. Nós, hoje, temos um Conselho de Cultura para o qual o governo faz questão de não chamar eleição – e está questionada; terminou a sua gestão, não tem mais ação, não tem mais deliberação em uma cidade que é berço da participação popular, que ensinou ao mundo a democracia participativa. Então uma das emendas que nós queremos fortalecer é a do Conselho Municipal de Assistência Social. Garantir que funcionários possam fazer assessoria técnica, que essa assessoria técnica tenha autonomia em relação à FASC, que ela seja, de fato, uma assessoria ao Conselho, à população que discute, participa e fiscaliza as políticas de assistência social é fundamental. Então há duas emendas para além do que vem aqui no conjunto do texto e na mensagem, que para nós são fundamentais: nomear funcionários no Conselho e garantir que o Conselho faça parte do organograma do funcionamento da Fundação de Assistência Social, que ele seja de fato o órgão máximo, que ele seja de fato um órgão respeitado, fiscalizador, produtor de políticas públicas, guardião da aplicação e implantação plena do SUAS.

Parabéns, colegas, à vitória de vocês. Em seguida, nós vamos realizá-la.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLE nº 041/13.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Primeiramente, quero agradecer a todas as Lideranças de todos os partidos que firmaram um acordo em votar o PLE nº 041/13 num dia e numa tarde histórica, Ver. Mauro Pinheiro. Sem dúvida nenhuma, Ver. Villela, nosso ex-Prefeito de

---

Porto Alegre que criou a FESC no seu governo, hoje temos muito orgulho de o Partido Progressista estar à frente da FASC e reestruturar a Fundação de Assistência Social e Cidadania. Quero dizer com muita tranquilidade que cada um de vocês – e talvez muitos de vocês que não estão aqui hoje – construiu esse processo junto conosco nesta gestão. É uma data que vai ficar para a história da Cidade, onde os Vereadores e as Lideranças dos partidos compreenderam a importância de um projeto para a cidade de Porto Alegre. Demorou um pouquinho? Demorou um pouquinho, mas não tenho dúvida, Ver.<sup>a</sup> Sofia, que tem a preocupação de até 2021... Este é um processo, e até 2018... Vão ser chamados, este ano ainda, 12 técnicos, porque tem um concurso vigente; no ano que vem, 76 servidores; em 2017, 115 servidores, e assim por diante.

Sem dúvida nenhuma, é um avanço considerável para quem hoje trabalha na ponta, para quem hoje trabalha na sede da fundação. Temos, sim, que ter muito orgulho, tanto os trabalhadores quanto os Vereadores desta Casa. E eu quero aqui, Gil Almeida, que V. Exa. leve uma mensagem para o Prefeito Fortunati: o meu agradecimento, o meu agradecimento a essa liderança de Porto Alegre, que entendeu, que compreendeu e que nesses 15 dias se dedicou intensamente a escutar o Presidente Marcelo Soares, junto com a equipe da Fazenda. Quero fazer também uma homenagem especial ao Procurador Marcelo do Canto e a ti, que foram fundamentais ao longo desses 15 dias, escutando a gestão da FASC. E não só escutando, mas construindo junto esse processo que está acontecendo hoje. Eu estou muito feliz, muito orgulhoso desse processo, Ver.<sup>a</sup> Mônica, porque nós deixaremos uma marca muito positiva na FASC, como o Ver. Villela, ex-Prefeito, criou a FESC. E muitos dos que estão aqui, Célia, a vocês eu quero fazer uma grande homenagem. Hoje nós estamos aqui também trazendo o PDV, que foi construído junto com a Associação dos Celetistas. Não foi aquilo que vocês quiseram num primeiro momento, mas sentaram conosco e sentiram que era um momento importante para muitos celetistas que hoje já não têm mais as condições até físicas de trabalhar na fundação, já não estão mais preparados para trabalhar no Sistema Único de Assistência Social. A vocês o nosso reconhecimento, meu e do ex-Prefeito Villela, por tantos e tantos anos dedicados à fundação. O nosso muito obrigado. E alguns de vocês que sairão voluntariamente da fundação, além de conseguirem sair com um benefício importante nas

---

suas vidas, vão ter orgulho, sim, de poder dizer: “Graças a nós muitos estatutários entrarão e poderão trabalhar e continuar esse trabalho que foi criado na década de 1970 pelo ex-Prefeito Villela.” Meus agradecimentos a vocês, da gestão da Associação de Celetistas, que foram nossos parceiros nessa construção; aos estatutários que tiveram e continuam ao nosso lado, enchendo esta plenária durante cinco Sessões seguidas; e ao Prefeito Fortunati, mais uma vez, o meu respeito, a minha consideração e o meu muito obrigado pela parceria. Eu não tinha dúvida que o Prefeito Fortunati, ao longo desses 15 dias, respeitaria uma construção que foi feita ao longo dos últimos dois anos. Claro que compreendemos e entendemos a preocupação com a situação financeira do Município de Porto Alegre, mas, nesses 15 dias, o Prefeito Fortunati foi fundamental para que a gente pudesse, sim, Ver.<sup>a</sup> Sofia, sair de trinta e poucas funções gratificadas para cento e tantas funções gratificadas.

Eu quero dizer que eu sei, que eu tenho convicção e que eu tenho certeza absoluta que são suficientes, sim, para os nossos centros de referência, para as nossas lideranças, servidores públicos, independentemente de questões político-partidárias. Até hoje, ao longo destes últimos anos da Fundação, eu nunca perguntei para ninguém se tinha partido, se tinha cor partidária, para estar à frente de algum cargo ou à frente de algum centro de referência. (Palmas.) Nunca fiz nenhuma exigência que fosse deste partido ou daquele partido. Reduzimos os cargos de confiança, inclusive, na Mensagem Retificativa diminuimos mais um. Muito obrigado, parabéns a cada um de vocês e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Engº Comassetto, à Mensagem Retificativa ao PLE nº 041/13.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 041/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 041/13.

---

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Mensagem Retificativa ao PLE nº 041/13.

A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLE nº 041/13.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, inicio este momento de discussão mais de natureza política da matéria e da construção deste processo que, felizmente, depois desta reunião, chamada pelo Sr. Presidente, com as Lideranças da Casa, com o Líder do Governo, com os Líderes da oposição, quando chegamos a uma conclusão: o nosso entendimento, e isso é fruto de um processo coletivo de participação, é de votarmos este projeto hoje. Entendemos esse projeto como uma mensagem retificativa do Sr. Prefeito Municipal, que decorre de uma ampla articulação política.

Nesse sentido, eu quero começar cumprimentando os servidores. Nunca será demais cumprimentar os servidores através do seu sindicato, do sindicato da categoria, hoje, mais do que nunca, fortalecido pela sua atuação dentro de uma ampla articulação política, que não é apenas deste momento. Este momento é consequência dessa articulação, é consequência de uma greve vitoriosa dos trabalhadores na busca de seus direitos, que significa o atendimento à população de Porto Alegre com qualidade. Eu falo como servidora pública, funcionária administrativa, com 30 anos de carreira na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Isso deve ser exemplo para os gestores. Os gestores devem estar muito atentos ao significado dos seus trabalhadores. Dentro desse processo, os meus cumprimentos aos trabalhadores da FASC. Quando nós discutimos, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, o processo que construiu o Sistema Único de Saúde e de Seguridade Social, quando fomos para a Assembleia Nacional Constituinte, eu fui depoente na Assembleia Nacional Constituinte – eu era Vereadora nesta Casa – pela União dos Vereadores do Brasil. Nós levamos para dentro da Assembleia Nacional Constituinte a posição dos Vereadores, tirada num congresso de 5 mil Vereadores, sob a óptica da saúde e seguridade social, e é nesse sentido que eu quero cumprimentar os trabalhadores da FASC. Vocês estão dando uma demonstração do que é, efetivamente, ser um servidor público. Eu sempre gosto de dizer um trabalhador público, porque nós

---

somos trabalhadores; o nosso patrão é diferente do da empresa privada, mas é um patrão, é o gestor, e, a depender do gestor, nós somos encarados como estratégicos ou não, e a luta de vocês para esse projeto contribui para que o povo de Porto Alegre valorize ainda mais o trabalho de vocês e para que o gestor também tenha um olhar sobre a óptica da multidisciplinaridade, porque vocês dialogam como um todo, vocês dialogam com reforma urbana. Estão aí as ocupações em Porto Alegre, e ninguém ocupa por diletantismo; as pessoas ocupam porque não há uma política de reforma urbana. Vocês sabem o significado de uma reforma urbana com qualidade de vida. Vocês sabem o significado de uma porta de entrada de uma atenção básica à saúde, porque vocês lidam exatamente com aquilo que é falta de uma gestão que entenda as transversalidades para fazer políticas públicas de qualidade com respeito aos trabalhadores.

Nós, do PCdoB, vamos botar uma emenda a esse projeto. Ver. Pedro Ruas, há uma emenda da Ver.<sup>a</sup> Sofia, há emendas da sua Bancada – da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e sua –, e o PCdoB vai pôr uma emenda agora discutida com o Simpa, que é a emenda que, na medida em que forem feitas as nomeações por concurso público, as nomeações que o projeto prevê, cessem imediatamente, na proporção, as contratações terceirizadas, porque terceirização é destruição de serviço público de qualidade. Terceirização é mercado! E onde vocês trabalham não é mercado, é política social – não é política de mercado!

Eu não sei se a nossa emenda já está pronta. Estou pedindo à assessoria, por favor, que entregue, porque eu não gosto de sair da tribuna antes de a emenda ser entregue, e aproveito este um minuto e pouco que tenho para dialogar com vocês e agradecer, porque essa emenda é estratégica, não é da nossa cabeça; essa emenda é uma emenda discutida com o Simpa e com a categoria.

Quero cumprimentar, também, o pessoal do Conselho Municipal de Assistência Social. O controle social é estratégico! Nós sempre temos que referendar o controle social, participar do controle social no que se refere a esse tipo de política pública, que não é deste ou daquele Governo. Isso é o que temos que ter presente, seja Governo Federal, Estadual ou Municipal! Seguridade social não é política deste ou daquele Governo, assim como o SUS – Sistema Único de Saúde também não é. São políticas de Estado, e com o

---

Estado têm que ser entendidas, com o Estado têm que ser democratizadas. Vocês deram uma aula de democracia ao Executivo Municipal, à Câmara Municipal e à população de Porto Alegre. Vamos à votação!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 041/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu também gostaria, Ver. Mauro, de cumprimentar cada um dos trabalhadores da FASC que estão, na tarde de hoje, Ver. Pedro Ruas, mais uma vez, nesta Câmara. Eu não tenho nenhuma dúvida de que foi a mobilização de vocês que permitiu que este projeto viesse à Ordem do Dia, e que, agora, esteja sendo votado e discutido junto com as emendas. E quem sabe nós tenhamos hoje uma grande vitória da cidade de Porto Alegre; uma grande vitória no sentido de garantir que haja uma política de reordenamento dos cargos, e de busca – Leila, Ângela e demais companheiros – do concurso público como forma efetiva de ingresso no serviço público e como forma de construir uma política de Estado e de assistência social. Com isso, quero parabenizar a mobilização permanente, porque nós sabemos como é cansativo vir todos os dias à Câmara de Vereadores, assistir coisas que, muitas vezes, incomodam profundamente, ficar irritado e, ao mesmo tempo, votar, sistematicamente, para garantir uma conquista que não é individualmente para cada um de vocês, mas coletivamente: a busca pela implementação do Sistema Único de Assistência Social na cidade de Porto Alegre. Não é um projeto que prevê aumento de salário, embora eu ache que todos os trabalhadores merecessem a gratificação que deveria estar casada neste projeto; não é um projeto que busca implementar as 30 horas na assistência social, sem redução de salário, embora devesse estar contemplado no projeto; não é um projeto que avança no plano de carreira – e o sindicato tem uma assembleia para discutir o plano de carreira, na semana que vem, porque já estamos cansados de o Governo prometer, ano após ano, o plano de carreira para a categoria e não ter uma política de progressão funcional e qualificação isonômica para o servidor público municipal, mas é um projeto que busca implementar

---

uma política de Estado. Então, vocês são mais valorosos ainda porque teriam todos o meu respeito lutando por aumento salarial digno, merecido, uma categoria que vem sendo arrojada; ganham muito mais o respeito da Bancada do PSOL, a minha e do Ver. Pedro Ruas, porque a luta de vocês vai garantir o início de uma política de Estado que ainda tem que ser corrigida.

E eu quero entrar nesse debate nesta tribuna. Primeiro do colapso que nós temos na rede de alta complexidade de adultos e de crianças: nós temos um problema grave na cidade de Porto Alegre – eu conversava com a Leila agora – sobre a ação do Ministério Público, da Promotoria de Direitos Humanos. Desde 2007 estão paralisadas a construção e o aumento da rede de abrigagem. Nós temos um Termo de Ajustamento de Conduta que prevê a duplicação dos equipamentos de numa Cidade até 2015, com mais de 1.300 pessoas em situação de rua, muitas vezes por falta de atendimento de saúde mental, por falta de política de emprego para a população, por falta de Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps AD, de uma série de outras políticas estruturantes, e nós temos menos de 600 vagas para atendê-los dentro da rede. Nós vimos o ano passado, na Comissão de Direitos Humanos, o sofrimento dos trabalhadores e dos usuários com o sucateamento do Abrigo Municipal Marlene, do Bom Jesus, do Albergue Municipal, e nós temos que discutir a reforma imediata de cada um desses equipamentos. É verdade que o Marlene começou, mas nós queremos discutir a extração das vagas, nós queremos discutir a questão do Bom Jesus, nós queremos discutir a reforma imediata do Albergue Municipal e a ampliação de cada um desse equipamento. Ou, no caso da criança, quando temos relatos que na rede de alta complexidade de crianças e adolescentes chegam a ter três crianças num mesmo colchão, por falta de colchão para as crianças que precisam de uma política que garanta a assistência social. E quem fica lá na ponta vendo esse sofrimento não é o Prefeito Fortunati, não são os secretários de Estado, não são nem nós que estamos aqui sendo porta-voz das lutas de vocês; são os trabalhadores que têm que conviver com essa situação precária, “matar no osso”, e muitas vezes e levar o sofrimento psíquico para a casa, diante de conviver com as enormes contradições num modelo capitalista excludente que preconiza a exploração do homem pelo homem e que fruto de acumulação de alguns... Imaginem vocês que só 15

---

famílias, 0,01% da população, controla 40% de toda a riqueza nacional. Uma política eficaz seria ter governos que não governem para esses interesses e comecem a governar para as maiorias.

Eu quero falar dessa questão do projeto para reverter esse colapso que existe hoje na rede, para reverter essa política que permanece e que precisa ser efetivada, que, por um lado, embora seja uma conquista enorme nós discutirmos o projeto, Raul – e o Simpa tem lutado por isso -, nós teremos monitores apenas em 2015, pelo projeto, na Mensagem Retificativa. Nós não temos o compromisso de que sejam substituídos os convênios terceirizados pela efetivação de uma política de Estado. O Governo joga com o PDV como forma de financiamento dos recursos para efetivar o ordenamento da FASC, mas não joga com os cem milhões que eles gastam nos verdadeiros cabides de emprego que são, muitas vezes, os cargos em comissão dentro de uma política que coloca, muitas vezes, pessoas que não têm a qualidade técnica para serviços em prática, serviços de Estado. Nós temos, por exemplo, os articuladores regionais, pessoas que têm que conviver e que têm que acompanhar os convênios da Prefeitura. Como pode ser que quem controla os convênios seja o articulador que entrou ontem e que não seja alguém que tenha uma vida dedicada à política de assistência social?

Nós não conseguimos entender essa lógica que não tem recursos para financiar a implementação do ordenamento da FASC, mas eles gastam um minuto fazendo propaganda do hospital na Restinga na TV, paga por recursos públicos e sem médicos para atender à população! Nós ouvimos que não tem nem a metade do quadro funcional necessário para garantir o atendimento da população do Extremo-Sul que é muito necessitada e precisa de um hospital regional funcionando com todos os equipamentos necessários. Mas na TV eles gastam milhões em propagandas para dizer que estão fazendo aquilo que não está garantido para o povo. Então vemos uma lógica muito temerária do ponto de vista da política de Estado.

Entretanto, fico muito contente com a mobilização do controle social, do Conselho Regional do Serviço Social, do Conselho Regional de Psicologia, do Sindicato dos Municipários e, sobretudo, de cada um e cada uma de vocês, porque quem conquistou essa vitória foi a luta dos trabalhadores da FASC.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, à Mensagem Retificativa ao PLE nº 041/13.

Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 02 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 041/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 02 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 041/13.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, ao PLE nº 041/13.

Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLE nº 041/13, à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 06 ao PLE nº 041/13.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h16min.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (17h28min) Estão reabertos os trabalhos.

Informo que a Emenda nº 01 ao PLE nº 041/13 foi retirada.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 041/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 041/13. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 041/13.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu vou encaminhar porque a intenção do Governo é derrubar esta emenda. Inclusive, o Ver. Kevin está solicitando votação nominal, e acho que nós temos que discuti-la. Eu gostaria que o

---

conjunto dos Vereadores entendesse o que nós estamos propondo – a CEDECONDH, na verdade, assinou em nome do Simpa: que alguns funcionários possam ser lotados no Conselho para compor uma equipe técnica. Um conselho, os senhores conhecem bem, não tem dotação própria; ele precisa que o Executivo o proveja de funcionários públicos de carreira, para que possa analisar projetos, convênios, dar pareceres, formular diretrizes e aí instrumentalizar os conselheiros, que não são liberados toda a semana para fazer isso, então uma assessoria técnica para o Conselho é muito importante. Então, me parece grave. No que prejudica a Mensagem Retificativa é apenas na lotação exclusiva – apenas. Está-se abrindo a possibilidade de nomeação no Conselho Municipal de Assistência Social.

Apenas usei o encaminhamento para deixar claro a todos os Vereadores: nós achamos que, desse jeito, deixamos o Conselho sem nenhuma assessoria e aí desqualificado para poder atuar. Acho que é imponderável isso, impensável isso, Ver. Kevin Krieger, se nós respeitamos profundamente o controle social, a participação popular nessa que é uma das áreas mais delicadas da Administração. Peço à CEDECONDH, ao Simpa, à categoria, aos usuários que votemos favoráveis, sim. Qualificar o Conselho é respeitar a cidadania, é investir na qualificação da gestão pública.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 041/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 041/13. (Pausa.) O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 041/13.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco, nossos servidores e servidoras da FASC, eu tenho falado aqui, e muito rapidamente vou repetir, meu caro Ver. Mario Manfro: o projeto

---

---

é do Governo, uma luta e uma disputa de vocês que vêm de décadas. O projeto é do Governo! Nós estamos aqui e fizemos um esforço – e vocês sabem disso – que vem de longe. Depois do requerimento de retirada do projeto fizemos outro esforço, concentradíssimo, na base do Governo. Muito bem, e agora estamos aprovando o projeto que veio com uma Mensagem Retificativa. E nós, do Governo, também estivemos juntos dizendo tratar-se de uma emenda e que, portanto, se votaria hoje. E isso foi uma demanda, essencialmente, da oposição. Agora, estamos votando um projeto que é bom para a Cidade, decantado e cantado por todos vocês. Por uma emenda ou a cada emenda que acontece, que muda uma simples palavra, meu caro Cassio, nós vemos pessoas raivosas aí, xingando e ofendendo todo mundo. Pessoal, eu não entendo o porquê. Nós estamos conquistando um projeto que é muito bom para a sociedade, é bom para a Prefeitura de Porto Alegre, é bom para o cidadão e a cidadã de Porto Alegre e é muito bom, essencialmente, para vocês, servidores. Portanto, essa é a nossa mensagem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda 04, destacada, ao PLE nº 041/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu quero desmontar um conjunto de coisas que foram faladas aqui nesta tribuna pelo Ver. Ferronato. Em primeiro lugar, Vereador, este não é um projeto do Governo; é um projeto construído com assembleias, com a categoria, durante dois anos. Não a Mensagem Retificativa; essa, de fato, é do Governo, porque a categoria, infelizmente, teve esta péssima surpresa durante este processo de mobilização. Mas, se não houvesse a Mensagem Retificativa, a maioria consolidada do Governo na Câmara rejeitaria o projeto. E teve um requerimento do Governo Fortunati, aos 45 minutos do segundo tempo, no último dia de Sessão Legislativa. Teve discussão para votar os projetos antes dos projetos das ERBs - que eram projetos de interesse das grandes operadoras de telefonia que querem mudar a legislação para maximizar os seus lucros -, e tentaram fazer uma venda casada usando a categoria como moeda de troca. A categoria, sabiamente, soube identificar que aquele projeto não tinha nada a ver com a FASC. Aí, na última Sessão, nós recebemos o requerimento do Fortunati retirando o

---

---

projeto, mas naquele momento, Ferronato, Kevin Krieger, Vereadores da base do Governo, sobretudo o Gil Almeida, nós tínhamos um acordo que era o de aprovar duas emendas, democráticas, não porque foram construídas e redigidas por nós, Vereadores da oposição, mas por serem uma reivindicação da categoria nas audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos, expressando um desejo de empoderar o controle social, de permitir que o controle Social tenha instrumentos para, de fato, efetuar uma política de Estado. O que é novidade aqui não é a nossa emenda, mas a Mensagem Retificativa do Governo. Então, não aceitaremos esse argumento falacioso de que a emenda prejudica a Mensagem Retificativa. Terceiro, não aceitaremos também que chamem de raivosas as pessoas de uma categoria extremamente valorosa, porque, sinceramente, se eu estivesse nas galerias esperando os Vereadores darem quórum, e não desse quórum, eu estaria muito mais braba do que muitas pessoas da categoria. Então, viva a raiva contra as injustiças! Elas nos movem!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 041/13.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Prezado Presidente, meu colega e companheiro Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, primeiro quero fazer um registro, Ver. Kevin Krieger: a nossa bancada e este Vereador estão sempre aqui para votar. Portanto, se houver falta de quórum, não será nossa culpa, até porque este Vereador esteve em todos os momentos a pedido do senhor e continuará aqui em respeito a esta construção e a este trabalho. Portanto, não podemos deixar de discutir o tema agora, de analisar, acordar, ajustar e cumprir os acordos. Esta emenda é muito significativa. Ela é uma questão conceitual aqui, porque, no momento em que propõe suprimir do projeto a criação de dez cargos de CC5, de articulador regional, ela traduz o entendimento de um conceito.

Primeiro, nós não somos contra o articulador regional, mas somos a favor do articulador regional do quê? Eu pressuponho que seja um articulador regional das políticas públicas de assistência social. Bom, se é para ser um articulador das políticas públicas de assistência social, não pode ser um cargo temporário, tem que ser alguém que tenha

---

construído a história na assistência social e que possa ter continuidade nesse processo, independente dos nossos governos. (Palmas.) E o CC, na verdade, é um cargo político, e um articulador na Secretaria, um articulador regional, por mais que se esforce, vai fazer mais articulação política de quem lá está do que da política da assistência social.

Então, na verdade, a sugestão é suprimir esses dez cargos em comissão para contribuir com três princípios aqui: o primeiro, para resolver aquela questão da falta de recurso para que se aplique o projeto - isso significa, como eu já disse aqui antes, R\$ 1,2 milhão, R\$ 1,5 milhão por ano; a segunda questão, é a que eu acabei de conceituar, quem estiver dirigindo a instituição no diálogo, na construção, e aqui na construção do compromisso de uma política de estado, que se perpetue além governos e que essas pessoas sejam qualificadas para fazerem a relação com a sociedade, é o significado da valorização dos funcionários; terceiro, nós não somos contra a extinção do articulador regional, nós estamos aqui propondo um redirecionamento do seu caráter de CC, para que seja uma FG. Então, se ele é um articulador, que ele possa ser uma Função Gratificada, porque ele vai estar assumindo um papel de destaque, e FG, todos nós sabemos que é também um cargo de confiança da política e de quem está fazendo a gestão. Esse é o nosso entendimento, por isso estamos defendendo esta emenda.

Quanto ao assessor jurídico, nem se fala aqui, porque a medida que o Governo trouxe já retira o assessor jurídico, por um conflito de legalidade do projeto, não pelo conceito. Então já está retirando o assessor jurídico.

Então aqui há a supressão desses dez cargos de CC como articulador regional, que é um cargo eminentemente político de quem está dirigindo, e nós queremos traduzi-lo num cargo de articulador das políticas de assistência social, que atue regionalmente e que seja valorizado através das Funções Gratificadas. Um grande abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger e pelo Ver. Reginaldo Pujol, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 041/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 041/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Mensagem Retificativa, destacada...

**A Sra. Fernanda Melchionna:** Sr. Presidente, para esclarecimento: existe uma outra emenda construída pela Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony em relação à terceirização. Pergunto se não se vota antes da Mensagem Retificativa.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Mensagem Retificativa foi apresentada como emenda; portanto, pela ordem cronológica, está antes da emenda da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta e pelo Ver. Kevin Krieger, a Mensagem Retificativa, destacada, ao PLE nº 041/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** a Mensagem Retificativa, por 17 votos **SIM**; 7 **ABSTENÇÕES**.

**O Sr. Airto Ferronato:** Já alertei, antes de encerrar a votação, para esclarecer isto: precisávamos de 19 votos, e nós não alcançamos 19. O projeto está rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Não, a Mensagem Retificativa está rejeitada, não o projeto. A Mensagem Retificativa era uma emenda, foi rejeitada.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** Sr. Presidente, como a Mensagem Retificativa acaba de obter 17 votos e com isso não logrou aprovação, eu requeiro, desde já, a renovação da votação. Irei formular por escrito o pedido de renovação da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Ver. Reginaldo Pujol, solicito que V. Exa. faça o Requerimento junto à Diretoria Legislativa.

**O Sr. Engº Comassetto:** Sr. Presidente, nós estávamos na fila aqui, antes de o senhor anunciar o resultado da votação, e o senhor não fez aquela pergunta clássica para saber se alguém não tinha votado ou se queria mudar o voto. Nós estávamos aqui justamente a pedido da base do Governo para mudar o voto para “aprovado” - nós, que tínhamos feito

---

abstenções. Eu só quero fazer este registro de que nós estávamos na fila, a pedido da base do Governo, do Ver. Kevin Krieger, para mudar o voto. Então, a oposição tinha esse papel aqui. O PT não errou, o PT votou consciente. Agora, quem tinha que dar quórum era a base, e como a base não deu... A pedido, nós estávamos aqui para mudar o voto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Está feito o registro. Ver. Comassetto, V. Exa. fez esse registro, mas eu perguntei se algum Vereador não tinha votado mais de uma vez. O Ver. Ferronato não podia falar porque nós estávamos num processo de votação; depois que eu perguntei, encerrei o processo de votação e abri o microfone. Então, quanto a essa questão, está registrado; o senhor pode, depois, ler nos autos.

**O Sr. Valter Nagelstein:** Era isso que eu queria esclarecer com Vossa Excelência. Embora eu discorde, no mérito, do Ver. Engº Comassetto, é uma prática tradicional da presidência desta Casa que, depois das votações, o Vereador pergunte se todos votaram ou se alguém quer modificar o seu voto. Eu confesso a V. Exa. que não ouvi essa pergunta. Eu manteria o meu voto. Agora, eu quero dizer que quem prejudica, se V. Exa. der por encerrada a votação e o resultado ficar como está, é a oposição, com uma manobra errada, infelizmente, que vai deixar os servidores sem a aprovação do projeto. Muito obrigado.

**A Sra. Sofia Cavedon:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, primeiro, quero deixar muito claro que V. Exa. agiu corretamente. Na verdade, a base do Governo está aqui para derrubar as emendas da oposição e não cumpre acordo e não incorpora questões importantes. A oposição votou conscientemente pela abstenção, porque entende que é iniciativa do Governo essa Mensagem Retificativa, corrigindo um erro seu, e porque temos restrições ao PDV. Portanto, nós vamos renovar a votação; se for preciso os votos da oposição, votaremos, para não prejudicar o conjunto da categoria. Queremos deixar muito claro que votamos conscientemente e que a base do Governo aqui rompeu o acordo conosco e não votou emendas importantes que fortaleceria o Conselho Municipal de Assistência Social. (Palmas.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Vereadores, acabo de receber aqui o Pedido de Renovação de Votação, justificada com base no art. 196 do Regimento, assinado pelo Ver. Reginaldo Pujol. Conforme o nosso Regimento: “Capítulo V - Da Renovação de Votação. Art. 196: § 4º. O requerimento escrito, devidamente fundamentado, será apresentado até a Sessão Ordinária seguinte a de votação da matéria. § 5º. Na Ordem do Dia subsequente à aceitação do requerimento, renovar-se-á o processo de votação na ordem estabelecida no art. 105 desta Resolução.” Conforme orientação da Diretoria Legislativa, nós vamos terminar a votação que está em andamento e, posteriormente, votaremos o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. Como a Mensagem Retificativa foi rejeitada, as subemendas à Mensagem Retificativa estão prejudicadas; portanto, não serão votadas. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h04min.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (18h12min.) Estão reabertos os trabalhos. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mario Fraga, a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 041/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum.

(18h16min) Encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo Especial.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro eu quero registrar que votei, sim, votei a favor do projeto, Ver. Kevin Krieger. Votei a favor da Mensagem Retificativa. E quero dizer que, infelizmente, quando as pessoas são mal-lideradas, acontece esse tipo de problema.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** A categoria não levou... Agora só resta os líderes vaiarem para tentar apagar o seu erro. Mas a categoria não levou, porque faltou voto daqueles que se abstiveram. Se tivessem votado favorável, vocês já tinham ganhado.

---

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu gostaria de fazer relato de viagem, figura regimental. Fui convidado, há duas semanas, período de início do nosso recesso, para visitar um dos momentos mais tristes, dramáticos e terríveis da história da América Latina. Nós tivemos, na cidade de Buenos Aires, próxima a nós, o maior atentado terrorista da história do nosso continente: 80 pessoas morreram e mais de cem ficaram feridas. A vítima mais jovem daquele atentado foi um menino de cinco anos que caminhava com a sua mãe na esquina, quando um furgão Trafic, com 300 quilos de explosivo, explodiu em frente ao prédio da Associação Mutual Israelita Argentina – AMIA.

O Governo argentino inicia as investigações e descobre que esse atentado é fruto de uma articulação internacional, patrocinada pela República Islâmica do Irã, que infiltrou, que cooptou um terrorista do Hezbollah, no Líbano, trouxe esse terrorista através da tríplice fronteira, internalizou esse terrorista na Argentina, comprou explosivos na Argentina, e colocou esse furgão, Ver. Paulinho, com 300 quilos de explosivo na frente desse prédio e fez o maior atentado terrorista que o nosso continente já experimentou.

A esse evento, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Ver. Guilherme Villela, compareceram os familiares das vítimas, compareceram milhares de pessoas, compareceu a solidariedade de toda a população da Argentina, porque de fato é uma tragédia que permanece aberta, porque até hoje os responsáveis não foram punidos. Houve ampla investigação internacional, os responsáveis por esse atentado se refugiaram na República Islâmica do Irã e lá continuam até hoje, fora do alcance das autoridades internacionais, inclusive com mandado de prisão decretado pela Interpol. O que é mais assustador em tudo isso é que, na noite anterior, a Procuradoria da Argentina, o Ministério Público da Argentina, informou, e eu era o único Parlamentar brasileiro lá presente, que, até a poucos meses antes do atentado, havia dúvida, por parte dos terroristas que patrocinaram o ato, os radicais islâmicos do Hezbollah e do Irã, de onde seria o atentado, se no Brasil ou na Argentina. Eles decidiram, nos últimos momentos, que o atentado seria praticado na Argentina, em virtude de que, na Argentina, a comunidade israelita era maior do que aqui no Brasil. Esse atentado, como todo atentado terrorista, é algo absolutamente abominável, porque ele atinge pessoas inocentes. Ele vitimou, repito, mais de 85 inocentes civis e feriu mais de cem pessoas. Nesse mesmo momento, nós fizemos um congresso de Parlamentares para tratar de legislação antiterrorista, e os depoimentos que tivemos de Parlamentares, de Senadores, inclusive, duas Senadoras da Bolívia, são das

---

---

relações mais do que promíscuas que estão sendo levadas a cabo pelos governos de esquerda da América Latina com os regimes ditatoriais, porque todos são islâmicos do Oriente Médio, especialmente com o regime do Irã, com o movimento terrorista do Hamas e o movimento terrorista do Hezbollah, que não prezam a vida humana. Utilizam, inclusive, seus próprios integrantes como escudos humanos, fazem das suas cidades locais onde desferem ataques contra outros países, especialmente o país de Israel. E o que é absolutamente lamentável, que se pôde ver e que foi denunciado pelas Senadoras da Bolívia, pelos Deputados da Venezuela, é a absoluta complacência, o conluio, a cumplicidade dos governos de esquerda por uma visão absolutamente equivocada de esquerda – absolutamente equivocada de esquerda –, porque Israel foi, durante muito tempo, e é ainda, e o Ver. Villela sabe disto, o berço, o esteio de movimentos de esquerda muito importantes, porque lá existem os Kibutz, os Kibutzim, que são organizações, comunidades que se organizam, que se constituem com uma visão de esquerda. Lá tem partido socialista, lá tem democracia, o que é mais importante, quando nos países árabes nós não temos democracia, nenhum deles tem democracia. Mas esses governos de esquerda da América Latina, sistematicamente, têm se aliado num discurso absolutamente equivocado, errado e odioso de, simplesmente, professar, de forma superficial e subliminar, com uma associação absolutamente ingênua e medíocre, eu diria, do imperialismo americano, do sionismo israelense e, a partir daí, demonizando, na verdade, preconizando o fim, a extinção do Estado de Israel. Esse é o pano de fundo de todo este movimento, e tivemos, infelizmente, aqui na Câmara, mais um capítulo desta questão.

Eu acho muito curioso, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, que alguns movimentos venham aqui falar em liberdade, em direito dos homossexuais, em direito das mulheres, em liberdade religiosa. Os partidos de esquerda – está aqui o Ver. Pedro Ruas – se apresentam como arautos dessas liberdades e defendem esses regimes, que absolutamente não prezam nenhum desses valores, Ver. Pedro Ruas, V. Exa. é um homem inteligente. Eu quero lhe fazer este desafio: o de enumerar, por favor, um desses regimes que respeite o direito das mulheres. Não há nenhum. Não há democracia, Vereadores do PT, em nenhum. Estão fazendo isto hoje aqui, incensando o regime do Hamas, mas silenciam em relação ao Egito! Por quê? Porque é uma visão hipócrita da

---

esquerda brasileira, dessa odiosa postura que a esquerda brasileira adotou nos últimos tempos e que, na verdade, amplia o preconceito antissemita.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Valter Nagelstein prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Essa visão é absolutamente equivocada. Incensam regimes que diariamente... É óbvio, Ver. Villela, que é preciso fazer um parêntesis: ninguém aqui é insensível ao ver uma criança, por exemplo, sendo vítima de um bombardeio. Todos nós nos horrorizamos com isso. Não é essa a questão que está em jogo, Ver.<sup>a</sup> Mônica. A questão é o direito à existência pacífica e soberana do Estado de Israel, e a visão assimétrica e unilateral da nossa esquerda, Ver. Pedro Ruas, patrocinado pelo seu partido, pelo PSOL, patrocinado pelo Partido dos Trabalhadores, patrocinado pelo PCdoB, que está importando, trazendo para dentro do nosso País, um ódio que aqui não tínhamos, que está estimulando o antissemitismo, que está atacando a histórica comunidade judaica brasileira, que, por exemplo, na Alemanha, viveu 40 gerações até ser exterminada. Foram heróis, inclusive, na 1ª Guerra, até irem para as câmaras de extermínio. O que os seus partidos – o PT, o PSOL e o PCdoB – estão fazendo é isto: importando conflito, distorcendo os fatos, porque Israel não quer, não deseja nada além do seu direito de existir. Antes dessa ofensiva, que, volto a dizer, tem cenas terríveis, enlutam todos, recebeu nas suas cidades, todos os dias, barricadas e barricadas de foguetes lançados a esmo contra a população. Eu tenho uma filha de 19 anos, que mora na cidade de Haifa; cinco ou seis vezes por dia, ela tinha que ir para os abrigos subterrâneos. As cidades só não foram destruídas, porque Israel é uma nação desenvolvida e se desenvolveu porque é democrática, porque investiu em universidades, porque as mulheres, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, a senhora que brada, lá são livres! Eu quero ver a senhora no Afeganistão vestida do jeito que se veste! Não caminha na rua, porque é uma postura hipócrita, a sua e a da esquerda. Não caminha na rua! No Egito, na Jordânia; na Faixa de Gaza, administrada pelo Hamas, a senhora não caminha na rua com as suas roupas, porque lá não há liberdade para mulheres. Lá as mulheres não têm direitos. Não tem esse problema na Cisjordânia, porque quem administra a Cisjordânia é a autoridade do Fatah. O que eu advogo, o que eu quero são dois Estados, duas Nações e os povos

---

---

vivendo em paz. Vinte e cinco por cento da população de Israel é árabe! Só não sabe quem nunca foi lá. Caminhar em Jerusalém é entrar em mercados em que vários são donos. Em Haifa, a grande maioria dos habitantes é árabe. Perguntem a eles se eles querem morar na Faixa de Gaza, com os radicais do Hamas, que estrangulam, que enforcam, que matam, que incendeiam cristãos? Por que não falam no problema da Síria, onde 120 mil pessoas foram mortas? Ah, isso não interessa para essa esquerda! Por que não falam do Egito, onde derrubaram a tal da irmandade muçulmana, essa de radicais ligadas ao Hamas, que eles defendem aqui, e todos, mais de mil, foram condenados à morte no Egito, pelo tipo de política que faziam lá, essa política odiosa de extermínio. Por que não mostram os cristãos nesses países sendo crucificados? Na África, no Oriente Médio. Isso não mostram! Sobre isso silenciam, porque, na verdade, escondem o seu preconceito, aqueles que se dizem libertários, a sua xenofobia, o seu ódio, o seu desejo de extinção do Estado de Israel, que, volto a dizer, é democrático; lá tem Parlamento, tem árabes no Parlamento de Israel, Parlamento como o daqui. Vai ver se tem Parlamento na Faixa de Gaza, Ver. Pedro Ruas! Não tem Parlamento na Faixa de Gaza. O senhor não teria voz na Faixa de Gaza, Ver. Comassetto! Lá o povo não importa! Lá quem discorda morre! Israel, que vocês pintam como monstro, é uma nação absolutamente desenvolvida, num território que tem a metade do tamanho do Estado do Rio Grande do Sul, que é exemplo no tratamento de águas, entre o mar e a fronteira da Cisjordânia são 18 quilômetros, é menos do que daqui a Belém Novo! Mas que imperialismo é esse? Não sabem sequer o que é sionismo e ficam repetindo bobagens – não sabem o que é sionismo! Os judeus foram expulsos de sua terra por três vezes, voltaram, e o sionismo é o seu direito de viver na sua terra ancestral, porque, quem for a Jerusalém, ao Monte das Oliveiras, vai ver que há um cemitério com cinco mil anos. Há 5 mil anos os judeus estão na sua terra, lá é a terra deles. E o que vocês querem – PT, PSOL, PCdoB – é negar aos judeus o direito de ter a sua terra; o que os judeus querem é viver em paz e que os árabes os respeitem, porque são 40 milhões à sua volta, e eles são sete milhões - menos do que a população do Estado do Rio Grande do Sul. É um país que, hoje, tem tecnologia espacial, que reaproveita 92% das suas águas, que, repito, é democrático, tem um Parlamento que tem representação árabe, um país que tem universidades, que tem o segundo maior centro de excelência em pesquisa – o Technion, em Haifa, melhor que ele só o MIT, nos Estados Unidos –, tudo isso num paisinho desse tamanho, que a esquerda

---

pág. 52

---

não quer que viva, que a esquerda quer extinguir, quer dizimar, porque, na verdade, atrás desse discurso está a vontade de dizimar os judeus, está o ódio. Israel aprendeu a se defender, depois de 6 milhões de pessoas serem levadas, como gado, a campos de concentração – homens, mulheres, crianças, idosos –, viajando dias e dias, em pé, presos em trens, em condições sub-humanas, indignas, mortos de maneira pior do que animais, Israel aprendeu a viver e a se defender. Não obstante ao que digam, que mintam, que falem, Israel vai continuar vivendo, e quer viver em paz. Se os movimentos radicais foram extintos e se Israel viver em paz, sem bombardeios, sem foguetes, paz na Terra Santa nós teremos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Pedro Ruas:** O Ver. Valter Nagelstein colocou o PSOL, que este Vereador preside, como um partido antissemita. Eu quero o direito de resposta. Colocou agora na tribuna - quero o direito de resposta.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Solicito à Diretoria Legislativa que avalie enquanto eu apregoo.

**O Sr. Pedro Ruas:** Só quero dizer o seguinte: tenho tanto apreço pela democracia, que o Ver. Valter Nagelstein, que bradava contra nós do PSOL, que falava sem gravata da tribuna, e nós deixamos, se fosse ele, não deixaria – porque ele implicou com a roupa da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e com vários outros –, mas nós deixamos. O Vereador poderia ter votado antes, se estivesse aqui; não votou porque não estava aqui, não debateu o tema. Agora, vem aqui nos chamar de antissemitas? Eu quero direito de resposta! Não vou aceitar isso.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Estamos solicitando à Diretoria Legislativa que verifique, de acordo com o Regimento, e já lhe respondo, Ver. Pedro Ruas.

**O Sr. Engº Comassetto:** Sr. Presidente, como líder do PT, também fui atacado, e o meu Partido foi conceituado como antissemita, que preza e divulga o ódio. Quero dizer que somos construtores da paz e que estamos aqui com essa postura, e nunca fomos para a

tribuna para destilar ódio. Portanto, queremos direito de resposta, em nome do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Estamos solicitando à Diretoria Legislativa, da mesma forma, orientação a respeito dos dois pedidos.

Aprego Ofício nº 725/14, assinado pelo Prefeito José Fortunati, ao Presidente da Câmara, a respeito de proposta orçamentária, disponível no portal do servidor da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Aprego Declaração de Voto (Lê.): “Relativamente à Moção de Solidariedade de que trata o Processo nº 1791/14, a Bancada do Partido Progressista entendeu de, por unanimidade, apresentar Abstenção, conquanto a luta do Estado de Israel não é contra o Povo Palestino, mas, sim, contra os atos terroristas praticados pelo movimento Hamas. Sala de Sessões, 06 de agosto de 2014.” Assinam os Vereadores: Mônica Leal, Líder da Bancada do PP; Guilherme Sócios Villela, Kevin Krieger e João Carlos Nedel.

**A Sra. Mônica Leal (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O Sr. Pedro Ruas:** Que fique claro que nós pedimos direito de resposta e que o Ver. Valter Nagelstein não quer que nos seja concedido, mas temos esse direito de resposta e gostaríamos de renová-lo para a Sessão seguinte. É esdrúxulo esse pedido de verificação de quórum quando aguardamos uma resposta da Diretoria Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Feito o registro, Ver. Pedro Ruas. Vamos solicitar as notas taquigráficas.

**A Sra. Mônica Leal (Questão de Ordem):** Não tem nada de esdrúxulo, Presidente, o meu pedido de verificação de quórum, à medida que olho este plenário e não há Vereadores suficientes para continuar a Sessão.

**O Sr. Pedro Ruas:** Quando o Ver. Nagelstein falava, também não havia, e ninguém pediu verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Está feito o registro, mas verificação de quórum precede a qualquer outro pedido. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Com a presença de nove Vereadores, não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h36min.)